

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding” ou “Companhia”) é uma holding controladora da Suzano Papel e Celulose (“SPC”) que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros, operação de terminais portuários e participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento. A SPC é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), por meio de American Depositary Receipts (“ADRs”). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

A SPC tem 7 (sete) unidades industriais nos seguintes Estados do Brasil: 1 (uma) na Bahia; 1 (uma) no Maranhão; 1 (uma) no Pará; 1 (uma) no Ceará; e, 3 (três) em São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é realizada através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas e escritórios de representação localizados no exterior.

1.1. Principais eventos ocorridos na SPC em 2018

a) Eventos operacionais

i) Operação financeira de pré-pagamento de exportação

Em 4 de dezembro de 2018, a SPC contratou, por meio de sua subsidiária integral Suzano Pulp and Paper Europe S.A. (“Suzano Europa”), uma linha de pré-pagamento de exportação, estruturada na forma sindicalizada, no valor de US\$ 2,3 bilhões (equivalente a R\$ 8,8 bilhões), com prazo total de 5 anos, 4 anos de carência e cupom (“juros”) *London Interbank Offered Rate* (“Libor”) + 1,15%, tendo a SPC como garantidora da operação. A nova operação não tem *covenants* financeiros.

ii) Oferta de *Senior Notes* (“*Notes 2047*”)

Em 6 de novembro de 2018, a SPC reabriu a emissão de “*Senior Notes 2047*” e emitiu no mercado internacional, *Senior Notes* no valor de US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 1,9 bilhões). As *Notes* têm vencimento em 29 anos e foram emitidas com juros de 6,9% ao ano, os quais serão pagos semestralmente.

iii) Oferta de *Senior Notes* (“*Notes 2029*”)

Em 17 de setembro de 2018, a SPC emitiu no mercado internacional, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH (“Suzano Austria”), *Senior Notes* no valor de US\$ 1 bilhão (equivalente a R\$ 4,7 bilhões). As *Notes* têm vencimento em 11 anos e foram emitidas com juros de 6% ao ano, os quais serão pagos semestralmente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

iv) Captação de recursos via NCE e CPR

Em 27 de agosto de 2018, a SPC captou recursos nas modalidades de Nota de Crédito de Exportação ("NCE") e Crédito Produtor Rural ("CPR") no valor de R\$ 511.000 e R\$ 275.000, respectivamente com vencimento em agosto de 2026 e taxa de juros de 1,03% ao ano mais Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), pagos semestralmente.

Os recursos líquidos da NCE serão integralmente utilizados para financiar as exportações da SPC e no caso da CPR, para financiar as atividades de custeio. Para todo montante objeto desta captação, a SPC contratou o respectivo *hedge* ao câmbio com custo de 5,60% do dólar pré-fixado ao ano mais a variação cambial.

Em 31 de julho de 2018, a SPC captou recursos na modalidade de NCE no valor de R\$ 770.600, vencimento em julho de 2026 e taxa de juros de 0,99% ao ano mais CDI, pagos semestralmente.

Os recursos líquidos serão integralmente utilizados para financiar as exportações da SPC. Para todo volume objeto desta captação, a SPC contratou o respectivo *hedge* ao câmbio com custo de 5,71% do dólar pré-fixado ao ano mais a variação cambial.

v) Leilão do Porto de Itaqui no Maranhão (MA)

Em 27 de julho de 2018, a SPC participou do Leilão, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), para arrendamento de áreas e infraestruturas públicas para a movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. A SPC apresentou a proposta vencedora para a concessão inicial da área de 53.545 metros quadrados no Porto do Itaqui (MA) pelo período de 25 anos.

O projeto do novo terminal, cujo valor está estimado pela ANTAQ em R\$ 215 milhões, representa mais uma etapa do ciclo de investimentos realizado pela SPC.

vi) Debêntures da 6ª emissão

Em 29 de junho de 2018, a SPC emitiu R\$ 4.681.100 em debêntures da 6ª emissão, série única, não conversíveis em ações, com vencimento em junho de 2026 com taxa de juros de 112,50% do CDI.

Para todo montante objeto desta emissão, a SPC contratou o respectivo *hedge* ao câmbio com custo de 5,74% do dólar pré-fixado ao ano.

vii) Aquisição de terras e florestas no Estado de São Paulo

Em 5 de fevereiro de 2018, a SPC celebrou Contrato de Compra de Ativos Florestais, Compra de Propriedades Rurais, Opção de Compra e Outras Avenças, com condições precedentes com a Duratex S.A. ("Duratex"), por suas filiais.

Em 4 de abril de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou sem restrições, esta transação. Em 31 de agosto a transação foi concluída e os ativos adquiridos foram:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(i) cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e 1.200.000 m³ (um milhão e duzentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implantadas nas áreas adquiridas pelo preço de R\$ 308.100; e

(ii) opção de compra, exercida em 2 de julho de 2018, para aquisição de aproximadamente 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais na mesma região e 5.600.000 m³ (cinco milhões e seiscentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implantadas pelo preço de R\$ 749.300.

O montante de R\$ 532.450 foi pago nas respectivas datas de fechamento e o saldo remanescente corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") com vencimentos em até 12 meses. (Nota explicativa 24)

viii) Operação financeira de pré-pagamento de exportação

Em 8 de fevereiro de 2018, a SPC contratou, por meio de sua subsidiária integral Suzano Europa, uma operação financeira de pré-pagamento de exportação, estruturada na forma sindicalizada, no valor de US\$ 750 milhões, com prazo total de 5 anos, e 3 anos de carência e Libor (*London Interbank Offered Rate*) + 1,35%, tendo a SPC e sua subsidiária integral Suzano Trading Ltd. ("Suzano Trading"), também subsidiária da SPC, como garantidoras da operação.

Os recursos obtidos foram utilizados para a liquidação da operação financeira de pré-pagamento de exportação, bem como para o financiamento de operações de exportação. A nova operação traz a redução do custo em dólares, o alongamento do prazo médio da dívida, além de eliminar *covenants* financeiros.

b) Eventos societários

i) Operação com Fibria Celulose S.A. ("Fibria")

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da SPC (em conjunto, os "Acionistas Controladores da SPC"), e pelos acionistas controladores da Fibria (Fibria e, em conjunto com a SPC, as "Companhias"), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR") (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), com interveniência e anuência da SPC, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da SPC e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da SPC e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.

Foi submetido e aprovado pelos acionistas das Companhias uma reorganização societária que resultará:

(a) na titularidade, pela SPC, da totalidade das ações de emissão da Fibria;

(b) no recebimento pelos acionistas da Fibria, para cada ação ordinária de emissão da Fibria, de:

(i) R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 15 de março de 2018 até a data do seu efetivo pagamento ajustado por dividendos antecipados de 2018, liquidado em uma única parcela na data da consumação da operação; e

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(ii) 0,4611 ação ordinária de emissão da SPC, a ser entregue também na data da consumação da operação.

Os acionistas da Fibria detentores de *American Depositary Shares* (“ADSs”) farão jus ao recebimento de ADSs da SPC, observada a mesma relação de troca.

Uma vez consumada a operação, as ações e os ADSs de emissão da Fibria deixarão de ser negociados na B3 S.A. e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

A consumação da operação previa o cumprimento de algumas condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação por determinadas autoridades da concorrência no Brasil e no exterior. As autorizações e aprovações foram obtidas conforme abaixo:

- i. Em 1º de junho de 2018, o *Federal Trade Commission*, autoridade concorrencial nos Estados Unidos da América, concedeu a conclusão antecipada da análise da operação entre SPC e Fibria, sem restrições.
- ii. Em 26 de julho de 2018, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da SPC, dentre outras matérias, aprovaram a celebração do Protocolo e Justificação entre a SPC, a Fibria Celulose S.A., e a Eucalipto Holding S.A., o qual estabelece os termos e condições da reorganização societária que permite a combinação das operações e bases acionárias da SPC e da Fibria.
- iii. Em 8 de agosto de 2018, foi obtida a declaração de eficiência pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (“SEC”) do formulário de registro (*registration statement*) protocolado pela SPC junto à SEC para registro de suas ADRs na NYSE;
- iv. Em 31 de agosto de 2018, o *State of Administration for Market Regulation* (SAMR), autoridade concorrencial na China, aprovou a operação entre SPC e Fibria sem restrições.
- v. Em 6 de setembro de 2018, a autoridade de concorrência na Turquia, aprovou a operação entre SPC e Fibria sem restrições.
- vi. Em 13 de setembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foram aprovadas todas as matérias relacionadas à reorganização societária com vistas a combinação das operações e base acionária das Companhias.
- vii. Em 11 de outubro de 2018, foi publicada no site eletrônico do CADE, decisão aprovando sem restrições o ato de concentração envolvendo a operação entre SPC e Fibria.
- viii. Em 14 de novembro de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a decisão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), que aprovou a alteração do controle societário da Fibria e de suas controladas para a SPC.
- ix. Em 29 de novembro de 2018, a autoridade da concorrência europeia, aprovou a operação entre SPC e Fibria sujeita ao encerramento antecipado do contrato para fornecimento de celulose de fibra curta celebrado entre Fibria e Klabin S.A. (“Klabin”), em até 4 meses após a data da conclusão da transação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Com todas condições precedentes atendidas iniciou a contagem do prazo de 45 dias para consumação da operação, quando foi efetivada a reorganização societária que contempla as seguintes etapas:

- a) Aporte de capital pela SPC na Eucalipto Holding S.A. ("Holding") em montante equivalente a parcela caixa a ser utilizada para liquidação da Parcela em Dinheiro a favor dos Acionistas da Fibria;
- b) Aporte do investimento Fibria pelos acionistas Fibria na Holding pelo valor atualizado conforme estabelecido no Acordo dos Acionistas, mediante a emissão pela Holding de novas ações Ordinárias - ON e Preferenciais resgatáveis - PN.
- c) Resgate das ações PN pela Holding junto aos acionistas da Fibria mediante a pagamento da Parcela em Dinheiro; e
- d) Incorporação da Holding pela SPC, com a emissão e entrega de novas ações ordinárias - ON da SPC aos Acionistas da Fibria, em substituição as ações ON da Holding, por eles detidas.

A transação foi concluída em 14 de janeiro de 2019. (Nota explicativa 33.a i)).

ii) Aquisição de empresa no segmento de *Tissue* (Facepa)

Em 19 de janeiro de 2018, o CADE aprovou sem restrições, a transação de aquisição pela SPC da Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A. ("Facepa").

Em 1º de março de 2018, uma vez que foram implementadas as condições precedentes e todas as aprovações obtidas junto às autoridades governamentais competentes foi concluída a aquisição pela SPC de 100% do controle da AGFA – Comércio, Administração e Participações Ltda. ("AGFA"), holding cujo principal ativo é a participação de 28,8% na Facepa e, adquiriu diretamente a participação de 64% dos controladores da Facepa, totalizando assim 92,8% de participação no capital social.

O valor total da transação foi de R\$ 307.876 e o valor pago na data da aquisição foi R\$ 267.876, sendo o saldo remanescente de R\$ 40.000 condicionado à não materialização de perdas indenizáveis pelos vendedores e será pago em duas parcelas de R\$ 20.000, de acordo com o contrato, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.

Com esta aquisição, além das unidades da Facepa em Belém (PA) e Fortaleza (CE) de *tissue*, a SPC também opera fábricas próprias de papéis sanitários em Mucuri (BA) e em Imperatriz (MA).

iii) Aquisição de empresa no segmento de energia (PCH Mucuri)

Em 19 de fevereiro de 2018, uma vez que foram implementadas as condições precedentes e obtida as aprovações das autoridades governamentais competentes, foi concluída a operação de aquisição pela SPC da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri"), que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão no Estado de Minas Gerais. O montante total pago foi de R\$ 48.028.

iv) Maxcel e Itacel

No processo de concessão no Porto de Itaqui participaram as empresas: Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Maxcel"), subsidiária integral da SPC, e o Terminal de Celulose de Itaqui S.A ("Itacel"). A Maxcel participou como condutora no processo

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

licitatório, tendo como obrigação a constituição de uma arrendatária como SPE (Sociedade de Propósito Específico). A Itacel além de arrendatária da concessão é uma subsidiária integral da Maxcel sendo responsável pela operação e armazenamento de celulose na área arrendada. O montante investido para constituição destas subsidiárias é de R\$ 46.922.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos e passivos financeiros e ativos biológicos que são mensurados ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis relevantes e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 3.1.26.

A Companhia e suas controladas afirmaram que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e somente estas, que correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2019.

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, práticas contábeis consistentes.

As empresas controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. No caso de controle compartilhado (*joint venture*) com outras empresas, estes investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas.

As operações em conjunto são empresas nas quais a SPC mantém o compartilhamento do controle (*joint operation*), contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são:

Investida	Tipo de participação	Participação no capital (%)	
		31/12/2018	31/12/2017
Suzano Papel e Celulose S.A.	Direta	33,6%	33,6%
AGFA - Comércio, Administração e Participações Ltda. ("AGFA") (a)	Indireta	100,0%	-
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda ("Asapir")	Indireta / Joint Operation	50,0%	50,0%
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda ("Paineiras")	Indireta	100,0%	100,0%
Eucalipto Holding S.A. ("Eucalipto")	Indireta	100,0%	-
Facepa - Fábrica de papel da Amazônia S.A. ("Facepa") (a)	Indireta	92,8%	-
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda ("Futuragene Brasil")	Indireta	100,0%	100,0%
FuturaGene Ltd ("Futuragene")	Indireta	100,0%	100,0%
Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema")	Indireta / Joint venture	49,9%	49,9%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Maxcel") (c)	Indireta	100,0%	-
Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri") (b)	Indireta	100,0%	-
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda ("Ondurman")	Indireta	100,0%	100,0%
Paineiras Logística e Transporte Ltda ("Paineiras Logística")	Indireta	100,0%	100,0%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp. ("Stenfar")	Indireta	100,0%	100,0%
Sun Paper and Board Limited ("Sun Paper")	Indireta	100,0%	100,0%
Suzano Áustria GmbH ("Suzano Áustria")	Indireta	100,0%	100,0%
Suzano Luxembourg ("Suzano Luxemburgo")	Indireta	100,0%	-
Suzano Pulp and Paper America Inc ("Suzano América")	Indireta	100,0%	100,0%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europa")	Indireta	100,0%	100,0%
Suzano Trading Ltd ("Suzano Trading")	Indireta	100,0%	100,0%
Terminal de Celulose de Itaquí S.A. ("Itacel") (c)	Indireta	100,0%	-
Premesa S.A.	Direta	99,2%	99,2%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Direta	83,3%	83,3%

(a) Vide Nota explicativa 1.1 b) ii).

(b) Vide Nota explicativa 1.1 b) iii).

(c) Vide Nota explicativa 1.1 b) iv).

2.2. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a controlada atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

a) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Controladas no exterior

As controladas localizadas no exterior têm suas demonstrações financeiras individuais realizadas em sua moeda funcional.

O processo de conversão para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de conversão para consolidação das demonstrações financeiras da SPC, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial e apresentados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A moeda funcional utilizada na conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior estão apresentadas abaixo:

Controlada	País sede	Moeda funcional
Suzano Trading	Ilhas Cayman	Dólar Americano
Suzano Luxemburgo	Luxemburgo	
Suzano América	Estados Unidos	
Suzano Áustria	Áustria	
FuturaGene	Inglaterra	Libra Esterlina
Sun Paper		
Suzano Europa	Suíça	Franco Suíço
Stenfar	Argentina	Peso ^(a)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (a) A Argentina apresentou um aumento significativo dos indicadores de inflação no primeiro semestre de 2018, acompanhado de um elevado grau de desvalorização do peso Argentino (ARS). Em 14 de junho de 2018, o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina ("INDEC") publicou o índice de preços indicando que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%. E conforme estabelecido pelo CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29), pôde concluir que a partir de 01 de julho de 2018 a Argentina foi considerada como uma economia hiperinflacionária.

A controlada integral Stenfar tem sede na Argentina e aplicou os requerimentos do CPC 42. A SPC reconheceu os efeitos destas variações, consideradas imateriais para fins destas demonstrações financeiras, a partir do método de equivalência patrimonial de forma reflexa diretamente em Outras Reservas.

2.4. Apresentação de informações por segmentos operacionais

Administração definiu e utiliza os seguintes segmentos operacionais para os exercícios sociais apresentados nestas demonstrações financeiras:

- i) Celulose: abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e *fluff* para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado interno.
- ii) Papel: abrange as atividades de produção e comercialização de papel para atendimento das demandas do mercado interno e mercado externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão agregadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

2.5. Reapresentação das cifras comparativas

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para melhor apresentação e comparação com as informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As reclassificações entre rubricas do Ativo circulante não alteraram o total deste grupo e também não alteram o total do Ativo. As reclassificações foram:

- ii) De Estoques, rubrica de Adiantamento a fornecedores para compra de serviços e materiais, o montante de R\$ 24.394 no Consolidado para a rubrica de Adiantamento a Fornecedores;
- iii) De Outras Contas a Receber o montante de R\$ 12.870 no Consolidado, relativo a adiantamentos para aquisição de madeira para Adiantamento a Fornecedores;
- iv) Na Demonstração do Fluxo de Caixa, reclassificações entre as Atividades Operacionais e Atividades de Financiamentos sendo: (a) Compromissos com aquisição de ativos, no montante R\$ 117.865 no Consolidado.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018, como descrito a seguir. Porém, mesmo com a aplicação dos novos pronunciamentos, não

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

houve impacto material nas demonstrações financeiras, conforme já esperado e mencionado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

3.1. Práticas Contábeis Adotadas

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

3.1.2. Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas não adotam a contabilidade hedge (hedge accounting).

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação e essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

O ganho ou perda no reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros, decorrente da diferença entre o valor justo e o valor presente dos fluxos de caixa do instrumento descontado pela taxa contratual, chamado de “*day one profit or loss*”, é reconhecido no resultado de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento, no caso de o valor justo não ser observável diretamente em mercado aberto.

A adoção da IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros desde 1º de janeiro de 2018 resultou na atualização nas políticas contábeis, no entanto, não houve impacto material ou ajustes devido à nova norma.

O IFRS 9 (CPC 48) substitui as disposições do IAS 39 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O método de transição adotado pela Companhia e suas controladas foi o modelo de transição retrospectivo com modificação, do qual, o respectivo pronunciamento passa a ter efeito nos balanços da Companhia e suas controladas a partir da data de vigoração, no caso, 1º de janeiro

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

de 2018, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia e suas controladas.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado e (b) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivo ao custo amortizado

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.1.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal faturado na data da venda no curso normal das atividades da SPC, ajustados ao valor presente quando aplicável, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A partir de 1º de janeiro de 2018, com a adoção do IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros, a SPC selecionou o modelo de perda esperada no momento do faturamento com base na utilização de matriz de provisões com abordagem simplificada. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A adoção desta nova metodologia não provocou impacto material no resultado.

3.1.4. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção, líquido de impostos recuperáveis e o seu valor líquido de realização. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de provisões para perdas para cobrir eventuais perdas estimadas pela Administração.

3.1.5. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos líquidos não circulantes mantidos para venda são classificados se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Eventual perda por redução ao valor recuperável é alocada inicialmente ao ágio, no caso de investimento, e, então, para os ativos e passivos remanescentes. As perdas decorrentes desta avaliação são reconhecidas no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

3.1.6. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da SPC são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente sete anos, mensurados ao valor justo. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota explicativa 13. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita semestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, na rubrica de outras receitas/despesas operacionais. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

3.1.7. Investimentos

Investimentos são representados por participações em outras empresas controladas, controladas em conjunto (joint venture) e operações em conjunto (joint operation), avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A variação cambial sobre investimentos no exterior é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizada na alienação ou baixa do investimento.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações entre essas empresas são eliminados na consolidação para fins de equivalência patrimonial e no balanço consolidado.

3.1.8. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

O ágio apurado numa transação de combinação de negócios é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável ou quando o indicador de *impairment* é identificado.

As transações na aquisição de ações com controle compartilhado sobre os ativos líquidos negociados aplicam orientação complementar ao IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 11 (CPC 19) - Negócios em Conjunto e IAS 28 (CPC 18) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da SPC no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à joint venture, se algum, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, um ativo intangível e tampouco passível de amortização contábil.

Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente a SPC, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos) e estes são amortizados, se aplicável.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.1.9. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando incorridas.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item (Nota explicativa 15) e os bens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018, a SPC e suas controladas revisaram a vida útil dos ativos imobilizados com base no uso e na estimativa de uso e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

Gastos com manutenção e reparos dos principais equipamentos industriais que não aumentam significativamente a vida útil desses ativos, denominados de gastos com Parada Geral, são apropriados diretamente no resultado do exercício quando incorridos na rubrica de custos dos produtos vendidos.

3.1.10. Intangível

i) Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura

O ágio é um ativo que representa os benefícios econômicos futuros oriundos de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios que não são individualmente identificados, porém são reconhecidos separadamente. O saldo do ágio deve ser atribuído a uma ou mais Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais são submetidas a teste de *impairment* no mínimo anualmente e não é amortizado.

ii) Ativo intangível com vida útil definida

Os demais ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas.

3.1.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.1.12. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Ao final do exercício, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo, com base na legislação societária e no estatuto da Companhia, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios, a menos que declarados antes. Se declarados após a data do balanço, a parcela excedente dos dividendos declarada pela Administração é apresentada na rubrica de Dividendos propostos, junto das reservas de lucros no patrimônio líquido. Quando o valor excedente é aprovado pelos acionistas a parcela é então transferida para o passivo circulante.

3.1.13. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.1.14. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

3.1.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.1.16. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

O IRPJ e a CSLL do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data do balanço, dos países onde a Companhia e suas controladas atuam e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do balanço patrimonial sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras, exceto nas operações de combinação de negócios cujo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo não afete o resultado contábil ou fiscal.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, e quando estão relacionados a mesma autoridade tributária e a mesma entidade legal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados são reconhecidos na proporção da probabilidade de que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.1.17. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. Eles somente tornam-se ativos e são registrados quando a sua realização é virtualmente certa e especialmente no caso de dispostos judiciais, quando decisões judiciais favoráveis à Companhia e suas controladas foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Para passivos contingentes são observados os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.1.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

3.1.19. Benefícios a empregados

O passivo atuarial é avaliado por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de despesas financeiras.

3.1.20. Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia e suas controladas recebem parcela de sua remuneração na forma de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e com liquidação em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são inicialmente reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da SPC, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada "Reserva de opção de compra de ações". No caso de exercício da opção em dinheiro, a SPC liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.1.21. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.1.22. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A mensuração do desconto ao valor presente é realizada no reconhecimento inicial de ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, e reconhecidos quando consideradas materiais. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.1.23. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.1.24. Reconhecimento da receita

A SPC adotou a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis, optando pelo método de transição modificado, cujos números comparativos não foram reapresentados e não foram identificados ajustes materiais naquela data devido a esta nova norma.

A SPC segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela SPC, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Nos exercícios anteriores, a receita de vendas foi reconhecida quando seus valores pudessem ser mensurados de maneira confiável, riscos e benefícios significativos inerentes ao produto foram transferidos para o comprador, ou seja, a SPC deixou de ter qualquer relação com os produtos vendidos e foi provável que os benefícios econômicos seriam gerados para a SPC. As receitas não eram reconhecidas se houvesse incerteza significativa para a sua realização. As receitas operacionais das vendas de produtos foram apresentadas pelos seus valores líquidos, excluindo impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações aos clientes.

a) Venda de produtos

O reconhecimento da receita das vendas domésticas e de exportação de celulose e papel baseia-se nos seguintes princípios:

(i) Mercado interno - as vendas são feitas principalmente a prazo. A receita é reconhecida quando o cliente recebe o produto, seja nas instalações da transportadora ou em suas próprias instalações, pelo qual os benefícios de propriedade são transferidas e a obrigação de desempenho é satisfeita.

(ii) Mercado de exportação - os pedidos de exportação são normalmente atendidos por armazéns de terceiros localizados perto de mercados estratégicos; as vendas são principalmente feitas a crédito. Os contratos de exportação estabelecem os *Incoterms* (Termos Comerciais Internacionais) aplicável a cada transação, os quais também são utilizados para definição da transferência de controle das mercadorias.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Venda de energia

- Energia produzida no processo produtivo de celulose nas Unidades de Mucuri e Imperatriz.

A receita oriunda desta venda é considerada como um subproduto e deduzida do custo do produto principal, nestas unidades.

- PCH Mucuri

Subsidiária integral da SPC, tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A receita com a venda de energia elétrica, considera imaterial para fins destas demonstrações financeiras, são apresentadas na rubrica de outras receitas operacionais.

3.1.25. Arrendamentos

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, normalmente, envolvem bens do Ativo Imobilizado e a SPC detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios do bem. O ativo é reconhecido pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescido quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos e depreciado pelo menor entre a vida útil do ativo ou prazo do contrato. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são apresentadas na rubrica de Empréstimos.

A parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros financeiros são reconhecidos no resultado do período durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do período quando do pagamento das parcelas do contrato.

3.1.26. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis relevantes

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas de forma contínua e qualquer alteração em suas bases são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que têm risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

i) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas selecionam métodos e utilizam julgamentos nas premissas que utiliza na determinação do valor justo, bem como, na definição dos cenários da análise de sensibilidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação (Nota explicativa 4.7).

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia e suas controladas.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos materiais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Nota explicativa 4 – Instrumentos financeiros e riscos;
- b) Nota explicativa 13 – Ativos biológicos;
- c) Nota explicativa 23 – Plano de remuneração de longo prazo baseado em ações.

ii) Instrumentos financeiros (derivativos e não derivativos)

Para determinação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo são utilizadas técnicas de avaliação pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise do fluxo de caixa e outras que contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração. A Companhia e suas controladas também utilizam seus julgamentos para definir os cenários apresentados na análise de sensibilidade (Nota explicativa 4).

iii) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos de florestas é realizado com uso da metodologia do fluxo de caixa descontado, onde são utilizadas diversas premissas econômicas e florestais críticas com alto grau de julgamento (Notas explicativas 3.1.6 e 13).

Das premissas críticas utilizadas no cálculo do valor justo destacam-se: i) Incremento Médio Anual (IMA) – Devido a exposição das florestas às condições climáticas, risco de pragas, incêndios e entre outros fatores de risco que podem impactar na estimativa de produção de madeira futura das florestas; ii) Taxa de desconto – Devido as premissas macroeconômicas e risco de mercado que não estão sob o controle da SPC; e iii) Preço de venda – estão sujeitos as condições de mercado relacionados ao nível de oferta e demanda da madeira em cada região.

iv) Vida útil e valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A vida útil dos ativos tangíveis relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, no nível de operação das plantas industriais e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. Os ativos intangíveis de vida

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

útil definida são embasados em laudos de avaliadores independentes. Todos estes materiais envolvendo alto grau de julgamento e incertezas nas respectivas datas base dos laudos.

Caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Administração ajusta o saldo para o seu valor recuperável.

v) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas.

Essas estimativas estão contidas em planejamento de longo prazo, que é revisado anualmente pela Administração e submetido para a aprovação do Conselho de Administração. Esse plano é elaborado utilizando variáveis macroeconômicas, como câmbio e taxa de juros; variáveis do segmento de mercado, como curvas de oferta/demanda esperadas e preços de venda projetados; variáveis operacionais, como custos de produção e volumes de produção esperados. O conjunto destas variáveis denota o grau de julgamento da Companhia e suas controladas sobre a previsão destas premissas e incertezas quanto a sua realização.

A Administração entende, com base nas projeções de resultado e resultados auferidos que a realização dos créditos diferidos ativos é provável (Nota explicativa 12).

vi) Passivo atuarial

A SPC tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes à assistência médica a ex-colaboradores. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos médicos e hospitalares, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas (Nota explicativa 22).

vii) Provisões e Contingências

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários. A provisão para processos judiciais é constituída com base na avaliação da Administração e na opinião dos advogados internos e externos, e está sujeita a um alto nível de julgamento (Nota explicativa 21).

3.2. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas/interpretações contábil pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais ainda não estão vigentes e a Companhia e suas controladas não as adotaram de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras. As novas normas estão abaixo apresentadas:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

i) CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Esta norma substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas irão adotar a IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior.

Na adoção do IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconhecerão os passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, de acordo com os princípios da nova norma. Esses passivos serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. Os ativos associados ao direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, sem impacto nos lucros acumulados.

Na adoção inicial, a Companhia e suas controladas utilizarão os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- a) O uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes;
- b) Os contratos de arrendamento cujo prazo de vencimento ocorrerá em até 12 meses da data de adoção inicial da norma, a contabilização será como arrendamentos de curto prazo (diretamente no resultado);
- c) A contabilização de pagamentos de arrendamento como despesas no caso de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor; e
- d) O uso da percepção passada na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir a locação.

A adoção da norma na Companhia e suas controladas resultará no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no montante estimado de R\$ 1.115.318 em 1º de janeiro de 2019. O maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de terras utilizadas para formação de florestas de eucalipto, com prazos de vigência de até 3 ciclos de formação florestal, em torno de 21 anos. Os montantes apurados até o encerramento destas demonstrações financeiras que representam um acréscimo no passivo e no ativo de direito de uso, estão abaixo apresentadas:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Classe de Ativo	Vr. Presente do Passivo ^(a)	Taxa de Desconto ^(b)
Terra Rural	R\$ 990.928	5,78%
Imóveis	R\$ 21.155	5,78%
Máquinas e Equipamentos	R\$ 103.235	5,13%
Total	<u>R\$ 1.115.318</u>	

(a) Passivo líquido dos impostos

(b) Para determinação das taxas de desconto foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas avaliaram as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

O método de transição adotado pela Companhia e suas controladas é o modelo de transição retrospectivo com modificação, do qual, o respectivo pronunciamento passa a ter efeito no balanço da Companhia e suas controladas a partir da data de adoção, no caso, 1º de janeiro de 2019, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia e suas controladas.

4. Instrumentos financeiros e riscos

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

a. Visão geral

A Administração da Companhia e suas controladas está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variações cambiais e de índices macroeconômicos podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia e suas controladas. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente no longo prazo, a SPC dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da SPC contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não (“riscos de mercado”) aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa já estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela SPC têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia e suas controladas aos riscos de mercado; (ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para Administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

A Companhia e suas controladas utilizam os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (hedge); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de oscilações de preços de *commodities*; e
- Risco de capital.

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios do Consolidado, e apresentados na Nota explicativa 26.

b. Avaliação

As operações com instrumentos financeiros de maior liquidez estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e apresentadas abaixo. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	6	21.098.565	1.631.505	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	493.934	133.910	-	-
Custo amortizado (a)					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.405.004	1.120.012	12.823	38.494
Contas a receber de clientes	7	2.537.058	2.304.209	-	-
		<u>28.534.561</u>	<u>5.189.636</u>	<u>12.823</u>	<u>38.494</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	18	632.565	610.476	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.1	31.074.056	12.192.213	-	357
Debêntures	19.3	4.663.453	-	-	-
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	24	992.512	585.986	-	-
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.636.700	127.896	-	-
		<u>38.999.286</u>	<u>13.516.571</u>	<u>-</u>	<u>357</u>

(a) Em 2017, classificados como "empréstimos e recebíveis".

c. Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para operações de taxas de juros em reais, e da British Bankers Association e Bloomberg para operações de taxa Libor. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como Black & Scholes, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de bunker de petróleo é obtido com base nas cotações do índice Platts.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a SPC se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações financeiras da SPC apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4.405.004	4.405.004	1.120.012	1.120.012
Aplicações financeiras	21.098.565	21.098.565	1.631.505	1.631.505
Contas a receber de clientes	2.537.058	2.537.058	2.304.209	2.304.209
Instrumentos financeiros derivativos (a)	493.934	493.934	133.910	133.910
	28.534.561	28.534.561	5.189.636	5.189.636
Passivo				
Fornecedores	632.565	632.565	610.476	610.476
Empréstimos e financiamentos (a)	31.074.056	35.326.676	12.192.213	13.755.723
Debêntures	4.663.453	4.957.382	-	-
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas (a)	992.512	948.522	585.986	564.292
Instrumentos financeiros derivativos (a)	1.636.700	1.636.700	127.896	127.896
	38.999.286	43.501.845	13.516.571	15.058.387

(a) Circulante e não circulante

4.2. Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

A seguir é apresentada a maturidade dos passivos financeiros com liquidação em caixa, incluindo estimativas de pagamentos de juros e variação cambial, referentes ao prazo restante na data-base das demonstrações financeiras até o prazo de vencimento contratual.

Os valores abaixo divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Consolidado	31/12/2018					
	Valor contábil total	Valor futuro total	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	632.565	632.565	632.565	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	31.074.056	45.997.323	4.818.397	3.672.268	16.850.840	20.655.818
Debêntures	4.663.453	8.022.759	340.044	419.401	1.521.757	5.741.557
Contas a pagar com aquisição de ativos e controladas	992.512	1.099.331	495.862	100.715	316.730	186.024
Instrumentos financeiros derivativos	1.636.700	2.149.710	790.679	736.715	465.853	156.463
Outros passivos	405.686	405.686	368.345	37.341	-	-
	39.404.972	58.307.374	7.445.892	4.966.440	19.155.180	26.739.862

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2017					
	Valor contábil total	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	610.476	610.476	610.476	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	12.192.213	15.897.670	2.705.273	2.686.542	4.930.467	5.575.388
Contas a pagar com aquisição de ativos	585.986	713.723	95.284	9.698	187.686	421.055
Instrumentos financeiros derivativos	127.896	97.412	24.092	63.971	9.349	-
Outros passivos	295.565	295.565	282.802	12.763	-	-
	13.812.136	17.614.846	3.717.927	2.772.974	5.127.502	5.996.443

4.3. Risco de crédito

A SPC possui políticas comerciais e de crédito, determinadas pela Administração, que tem como objetivo mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Isto é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos financeiros que reduzam estes riscos, como apólices de seguro de crédito, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

A matriz de avaliação de crédito da SPC é fundamentada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição de limites de crédito aos clientes de forma individualizada. Após análise são submetidos à aprovação conforme hierarquia pré-definida, sendo aplicável em alguns casos aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A SPC, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como high grade pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representa a exposição ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentado a seguir:

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.405.004	1.120.012	12.823	38.494
Aplicações financeiras	6	21.098.565	1.631.505	-	-
Contas a receber de clientes	7	2.537.058	2.304.209	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		493.934	133.910	-	-
		28.534.561	5.189.636	12.823	38.494

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e derivativos a receber têm a classificação de risco concedida por agências avaliadoras. A classificação de risco está apresentada a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Classificação de risco (a)	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
AAA	3.130.706	2.211.990	141.296	65.510
AA+	16.622.999	169.881	-	51.231
AA	5.257.518	207.925	259.711	3.143
AA-	68.207	113.623	-	14.026
A	422.899	45.753	51.281	-
A-	80	2.330	-	-
BB	1.160	15	41.646	-
	25.503.569	2.751.517	493.934	133.910

(a) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências avaliadoras *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

A classificação de risco do contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Baixo Risco (a)	2.447.184	2.268.675
Médio Risco (b)	66.587	21.016
Alto Risco (c)	60.466	52.859
	2.574.237	2.342.550

(a) Não vencido e em atraso até 30 dias.

(b) Em atraso entre 30 e 90 dias.

(c) Em atraso acima de 90 dias e renegociado com cliente ou com garantias reais.

Parte dos montantes acima não consideram o valor de Perda Estimada com Créditos de Liquidação duvidosa ("PECLD") calculada em base individual por cliente inadimplente nos montantes de R\$37.179 e R\$38.740 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

4.4. Riscos de mercado

A SPC está exposta a uma série de riscos de mercado, sendo os principais as variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos nos resultados em cenários adversos, a SPC dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas, (ii) mitigação de exposições a taxas de juros, (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*, e (iv) troca de indexadores da dívida.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

No processo de gestão de riscos de mercado é feita: a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1. Risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da SPC são norteadas pelo fato de que cerca de 70% da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em dólares norte americanos, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a SPC contrate financiamentos de exportação em dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital, e proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. Além disso, a SPC contrata vendas de dólares nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual do excedente líquido (net exposure) de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira são demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.968	585.541
Contas a receber de clientes	1.661.108	1.544.749
Instrumentos financeiros derivativos	493.685	133.910
	<u>3.298.761</u>	<u>2.264.200</u>
Passivos		
Fornecedores	(72.680)	(36.018)
Empréstimos e financiamentos	(26.384.721)	(8.616.807)
Contas a pagar de aquisição de ativos	(333.049)	(332.193)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.464.569)	(126.781)
	<u>(28.255.019)</u>	<u>(9.111.799)</u>
Exposição passiva líquida	<u>(24.956.258)</u>	<u>(6.847.599)</u>

Análise de sensibilidade – exposição cambial

A Companhia e suas controladas utilizam, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, e os efeitos que podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação do Real em relação ao dólar norte americano em 25% e 50%.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2018		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.968	285.992	571.984
Contas a receber de clientes	1.661.108	415.277	830.554
Fornecedores	(72.680)	(18.170)	(36.340)
Empréstimos e financiamentos	(26.384.721)	(6.596.180)	(13.192.361)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(333.049)	(83.262)	(166.524)
Derivativos <i>Non Deliverable Forward</i> ("NDF") ^(a)	17.041	(137.748)	(275.191)
Derivativos <i>swaps</i> ^(a)	(853.141)	(2.458.607)	(4.915.329)
Derivativos opções ^(a)	(134.784)	(2.352.766)	(5.111.182)
	<u>(24.956.258)</u>	<u>(10.945.465)</u>	<u>(22.294.390)</u>

^(a) Para os valores nominal dos derivativos (Nota explicativa 4.5)

4.4.2. Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A SPC, por sua vez, busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Dado o risco de extinção da *Libor* no decorrer nos próximos anos a SPC está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte das dívidas atreladas a taxa de juros *Libor* já possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa juros equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica será feita uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados a *Libor* preveem que haverá uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo.

No decorrer dos próximos anos, até a extinção da *Libor*, a SPC trabalhará ativamente para refletir em todos os seus contratos uma taxa equivalente de substituição.

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

A SPC utiliza, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar a sensibilidade que as variações das operações impactadas pelas taxas: CDI, TJLP e *Libor* podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando valorização de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2018		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
Consolidado	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
CDI			
Caixa e equivalentes de caixa	3.243.485	53.931	108.701
Aplicações financeiras	19.049.284	316.741	638.412
Empréstimos e financiamentos	(4.078.631)	316.741	638.412
Debêntures	(4.663.453)	(374.854)	(453.602)
Derivativos <i>swaps</i>	(853.141)	866.857	1.746.549
Derivativos opções	(134.813)	(74.269)	(146.411)
	12.562.731	1.105.149	2.532.061
Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC")			
Aplicações financeiras	2.049.281	34.074	68.679
	2.049.281	34.074	68.679
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	(213.178)	(3.597)	(7.195)
	(213.178)	(3.597)	(7.195)
Libor			
Empréstimos e financiamentos	(13.038.092)	(88.855)	(177.709)
Derivativos <i>swaps</i>	(170.708)	238.030	471.025
	(13.208.799)	149.176	293.316

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.4.3. Risco de preços de commodities

A SPC está exposta a preços de commodities refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais.

Não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado. A SPC pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar o preço de venda de parte da produção, porém em determinados momentos a contratação de proteção ao preço da celulose pode não estar disponível.

A SPC também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2018 posição comprada de US\$ 5 milhões (31 de dezembro de 2017, não há posição comprada em *oil bunker*) para proteção do custo logístico.

Consolidado	31/12/2018		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Derivativo petróleo	(1.140)	2.399	3.735
	(1.140)	2.399	3.735

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A SPC apura o valor justo dos contratos derivativos e reconhece que tais valores podem ser diferentes dos valores realizados em uma eventual liquidação antecipada. A divergência no valor pode ocorrer por condições de liquidez, custo de desmonte, interesse da contraparte na liquidação antecipada, dentre outros aspectos. Os valores reportados pela SPC estão embasados em cálculo realizado por consultoria externa especializada, revisados pela Administração da SPC.

a) Derivativos em aberto por tipo de contrato

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as posições consolidadas de derivativos em aberto são assim apresentadas:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	Nocional em US\$		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	2.340.000	1.485.000	(41.122)	25.822
NDF (R\$ x US\$)	50.000	-	6.749	-
Swap Fixed (US\$) x CDI	-	50.000	-	5.356
Swap CDI x Fixed (US\$)	-	50.000	-	(2.485)
Subtotal	2.390.000	1.585.000	(34.374)	28.693
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	752.110	291.725	(377.020)	(21.562)
Subtotal	752.110	291.725	(377.020)	(21.562)
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	757.143	19.841	(33.663)	(1.117)
Subtotal	757.143	19.841	(33.663)	(1.117)
Hedge de Commodity ^(a)				
Swap Bunker	5.344	-	(1.140)	-
Subtotal	5.344		(1.140)	
Fluxo de caixa - total derivativos	3.904.597	1.896.566	(446.196)	6.014
Operação Fibría				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	700.000	-	(93.692)	-
NDF (R\$ x US\$)	100.000	-	10.287	-
Subtotal	800.000	-	(83.405)	-
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	1.650.000	-	(476.121)	-
Subtotal	1.650.000	-	(476.121)	-
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	2.000.000	-	(137.044)	-
Subtotal	2.000.000	-	(137.044)	-
Operação Fibría - total derivativos	4.450.000	-	(696.570)	-
Total em derivativos	8.354.597	1.896.566	(1.142.766)	6.014
Ativo circulante			352.454	77.090
Ativo não circulante			141.480	56.820
Passivo circulante			(596.530)	(23.819)
Passivo não circulante			(1.040.170)	(104.077)
			(1.142.766)	6.014

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(a) O montante de *hedge* de *commodities* foi contratado através da subsidiária da SPC, Suzano Trading.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

A seguir estão descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

(i) *Swap* CDI x *Fixed* US\$: posições em *swaps* convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários (DI) por taxa prefixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para dólares;

(ii) NDF US\$: Posições vendidas em contratos futuros de dólares, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações.

(iii) *Swap Fixed* US\$ x CDI: posições em *swaps* convencionais trocando variação de taxa prefixada em dólares por taxa dos Depósitos Interbancários (DI). O objetivo é reverter dívidas em dólares para Reais;

(iv) *Swap* LIBOR x *Fixed*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós-fixada por taxa prefixada em dólares. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana;

(v) *Zero-Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de dólares, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição.

(vi) *Swap Bunker* (petróleo): posições compradas em *oil bunker* de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos ligados a contratação de frete marítimo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Valor justo por cronograma de vencimentos

O cronograma de vencimentos dos derivativos está demonstrado a seguir:

Vencimentos de derivativos	Valor justo líquido	
	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	53.270
2019	(244.069)	(16.064)
2020	(180.333)	(31.192)
2021	87.851	-
2022	83.692	-
2023	80.052	-
2024	82.963	-
2025	(486.958)	-
2026	(565.964)	-
	<u>(1.142.766)</u>	<u>6.014</u>

c) Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as posições consolidadas de derivativos em aberto são apresentadas a seguir:

		Valor nominal		Valor justo	
Consolidado	Moeda	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	8.722.620	950.000	119.178	22.525
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.757.143	19.841	-	65.517
Subtotal				119.178	88.042
Passivos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	2.402.110	291.725	(972.319)	(44.087)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.757.143	19.841	(170.707)	(66.634)
Subtotal				(1.143.026)	(110.721)
Total de contratos de swap				(1.023.848)	(22.679)
Fluxo de caixa					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	3.040.000	1.485.000	(134.814)	25.822
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$		50.000	-	5.356
NDF (R\$ x US\$)	US\$	150.000	-	17.036	-
Swap Bunker	US\$	5.344		(1.140)	
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$		50.000	-	(2.485)
Subtotal				(118.918)	28.693
Total em derivativos				(1.142.766)	6.014

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d) Derivativos liquidados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as posições consolidadas de derivativos liquidadas são apresentadas a seguir:

Consolidado	Valores de liquidação	
	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa		
Hedge cambial		
<i>Zero cost collar</i> (R\$ x US\$)	(110.271)	28.159
NDF (R\$ x US\$)	(1.235.448)	11.110
NDF (MXN x US\$)	-	39
Subtotal	(1.345.719)	39.308
Hedge de Commodities		
<i>Bunker</i> (petróleo)	-	2.631
Subtotal	-	2.631
Hedge de dívida		
Hedge cambial	-	
<i>Swap</i> CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	19.145	78.411
<i>Swap</i> <i>Fixed</i> (US\$) x CDI	-	(8.809)
<i>Swap</i> CDI x <i>Libor</i> (US\$)	-	(162.769)
Subtotal	19.145	(93.167)
Hedge de juros		
<i>Swap</i> <i>Libor</i> x <i>Fixed</i> (US\$)	(4.939)	(2.588)
<i>Swap</i> <i>Cupom</i> x <i>Fixed</i> (US\$)	-	15.824
Subtotal	(4.939)	13.236
Total de derivativos ^(a)	(1.331.513)	(37.992)

(a) Em 31 de dezembro de 2018 houve o pagamento de prêmio de derivativos no montante de R\$254.902 e em 31 de dezembro de 2017 houve o recebimento no montante de R\$77.687, de posições vendidas de opções não vencidas e, portanto, não estão apresentados no quadro acima.

4.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da SPC é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, além de mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no desenvolvimento dos negócios.

A Companhia e suas controladas monitoram de forma constante, indicadores relevantes como: i) índice de alavancagem financeira consolidado, expresso pela razão de dívida total líquida pelo Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("EBITDA") ajustado; ii) gestão de *covenants* financeiros contratuais, mantendo margem de segurança para que não sejam excedidos. A Administração prioriza captações na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, buscando dessa forma um *hedge* natural no longo prazo para seu fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	31.074.056	12.192.213	-	357
Debêntures	4.663.453	-	-	-
(-) Caixa e aplicações financeiras	(25.503.569)	(2.751.517)	(12.823)	(38.494)
Dívida líquida	10.233.940	9.440.696	(12.823)	(38.137)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	4.067.689	3.940.242	4.067.689	3.940.242
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	7.988.702	7.689.516	-	-
Patrimônio líquido e dívida líquida	22.290.331	21.070.454	4.054.866	3.902.105

4.7. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros e outros itens das demonstrações financeiras que foram avaliados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2018			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Aplicações Financeiras	21.098.565	14.933.513	6.165.052	-
Instrumentos financeiros derivativos	493.934	-	493.934	-
Ativo biológico ^(a)	4.935.905	-	-	4.935.905
	<u>26.528.404</u>	<u>14.933.513</u>	<u>6.658.986</u>	<u>4.935.905</u>
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	1.636.700	-	1.636.700	-
	<u>1.636.700</u>	<u>-</u>	<u>1.636.700</u>	<u>-</u>

Consolidado	31/12/2017			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.631.505	-	1.631.505	-
Instrumentos financeiros derivativos	133.910	-	133.910	-
Ativo biológico ^(a)	4.548.897	-	-	4.548.897
	<u>6.314.312</u>	<u>-</u>	<u>1.765.415</u>	<u>4.548.897</u>
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	127.896	-	127.896	-
	<u>127.896</u>	<u>-</u>	<u>127.896</u>	<u>-</u>

^(a) A movimentação do valor justo dos ativos biológicos e demais detalhamentos das premissas aplicadas na mensuração do seu valor estão demonstrados na Nota explicativa 13.

4.8. Garantias

A SPC possui como garantia cartas de crédito e apólices de seguro de crédito. Em 31 de dezembro de 2018 as operações consolidadas de contas a receber indexadas a exportações somam US\$ 365 milhões, equivalente a R\$ 1.417.026 nessa data (31 de dezembro 2017, US\$ 429 milhões, equivalentes a R\$ 1.421.446).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos				
No Brasil	28.505	19.166	17	17
No Exterior	1.123.533	583.604	-	-
	1.152.038	602.770	17	17
Aplicações financeiras				
No Brasil	3.232.531	515.305	12.806	38.477
No Exterior	20.435	1.937	-	-
	3.252.966	517.242	12.806	38.477
	4.405.004	1.120.012	12.823	38.494

As aplicações financeiras em moeda nacional são de baixo risco e liquidez imediata, e correspondem a aplicações indexadas CDI. Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de juros das aplicações financeiras tiveram uma média de 99,46% do índice CDI. (31 de dezembro de 2017, as taxas tiveram uma média de 100,60% do índice CDI).

6. Aplicações financeiras – consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação		
Fundo de Investimento (a)	14.933.513	1.593.066
Certificado de depósitos bancários ("CDB") (b)	4.115.771	38.439
Títulos do governo (c)	2.049.281	-
	21.098.565	1.631.505

(a) Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, e são remunerados a uma taxa entre 99,19% e 100,17% do CDI em 31 de dezembro de 2018. As carteiras de investimento são monitoradas com frequência pela SPC, com o objetivo de verificar o cumprimento da política de investimento, que busca baixo risco e alta liquidez dos títulos. A classificação do risco desses ativos é apresentada na Nota explicativa 4.3.

(b) Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") foram remunerados em média a 101,37% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017, 102,48%).

(c) Os títulos do Governo são investimentos em Letra Financeira do Tesouro ("LFT") remunerados à taxa de 100% da SELIC.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes – consolidado

7.1. Composição dos saldos

	31/12/2018	31/12/2017
Cientes no País		
- Terceiros	853.684	741.957
- Fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC") (a)	22.299	25.825
- Partes relacionadas (b)	36.727	28.652
Cientes no Exterior		
- Terceiros	1.661.527	1.546.515
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(37.179)	(38.740)
	2.537.058	2.304.209
Parcela classificada no ativo circulante	2.537.058	2.304.006
Parcela classificada no ativo não circulante	-	203

(a) Em 2017, a SPC criou o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), que é um veículo com o objetivo de adquirir direitos creditórios originados das vendas realizadas pela SPC facilitando o crédito a determinados clientes. O FIDC é um fundo de investimento que adquire recebíveis e títulos representativos de direitos creditórios. O FIDC tem prazo de dois anos com renovação de direitos sob certas condições. A SPC tem uma coobrigação e mantém um risco de crédito substancial, de forma que a SPC registrou um contas à receber de R\$ 22.299 e um passivo de R\$ 22.054 líquido dos custos de transação (Nota explicativa 19). (31 de dezembro de 2017, os montantes de R\$25.825 e R\$ 24.665, respectivamente).

(b) Vide Nota explicativa 11.

7.2. Títulos vencidos

	31/12/2018	31/12/2017
Valores vencidos:		
Vencidos até 30 dias	291.050	67.259
Vencidos entre 31 e 60 dias	54.845	16.068
Vencidos entre 61 e 90 dias	10.982	3.951
Vencidos entre 91 e 120 dias	7.446	2.833
Vencidos entre 121 e 180 dias	6.285	9.427
Acima de 180 dias	47.262	40.031
	417.870	139.569
% total de recebíveis vencidos	16%	6%

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7.3. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos no início do exercício	(38.740)	(37.017)
Créditos provisionados no exercício	(11.578)	(45.986)
Créditos recuperados no exercício	5.128	6.089
Créditos baixados definitivamente da posição	8.993	36.726
Variação cambial	(982)	1.448
Saldos no final do exercício	<u>(37.179)</u>	<u>(38.740)</u>

A SPC mantém garantias para os títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e garantias. Parte dessas garantias equivale à necessidade de reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito (Nota explicativa 4.3).

8. Estoques – consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	167.317	81.829
No exterior	485.226	198.380
Papel		
No Brasil	227.303	203.320
No exterior	67.872	67.146
Produtos em elaboração	52.882	63.797
Matérias-primas	626.150	388.383
Materiais de almoxarifado e outros	226.354	180.712
	<u>1.853.104</u>	<u>1.183.567</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os estoques estão líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$ 33.195 (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 51.911).

8.1. Movimentação da perda estimada

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	(51.911)	(28.206)
Provisões constituídas	(10.605)	(43.122)
Reversão de provisão	5.873	8.782
Baixa definitiva (a)	23.447	10.635
Saldo no final do exercício	<u>(33.196)</u>	<u>(51.911)</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(a) Em 2018, refere-se substancialmente a baixa definitiva (perdas não recorrentes) com matéria-prima no processo de produção.

As adições e reversões de perdas estimadas e baixas diretas são reconhecidas no resultado na rubrica de Custo do produto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, baixas adicionais foram realizadas diretamente no resultado no montante de R\$ 29.828 no Consolidado. (31 de dezembro de 2017 era R\$ 7.687).

Nenhum item de estoque foi dado como garantia ou garantia de passivos para os exercícios apresentados.

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	105.036	59.315	999	426
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado (a)	55.518	58.767	-	-
PIS/COFINS - outras operações	12.448	55.528	22	13
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (b)	78.154	71.603	-	-
ICMS - outras operações (c)	215.361	280.384	-	-
Programa Reintegra (d)	48.879	71.376	-	-
Outros impostos e contribuições	24.855	4.315	-	-
Provisão para desconto de créditos de ICMS (e)	(10.792)	(10.583)	-	-
	529.459	590.705	1.021	439
Ativo circulante	297.961	306.948	1.021	439
Ativo não circulante	231.498	283.757	-	-

(a) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") - Créditos cuja realização está atrelada ao exercício de depreciação do ativo correspondente.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").

(c) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos. Os créditos estão concentrados no Estado do Maranhão, onde a SPC os realiza através de "Transferência do Crédito Acumulado" (venda de créditos a terceiros), após aprovação da Secretaria da Fazenda. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens de consumo (*tissue*) no mercado interno.

(d) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"). Trata-se de um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais. A Lei 13.670/2018 altera a alíquota do Reintegra de 2% para 0,10% a partir de junho de 2018.

(e) Provisão para desconto sobre venda à terceiros do crédito acumulado de ICMS (item c)).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A SPC é autora em processos judiciais que discutem o seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, ainda não transitadas em julgado, inclusive abrangendo eventuais modificações na legislação aplicável após a edição da Lei 12.973/2014.

Em razão de decisão favorável proferida nos autos do Mandado de Segurança, ainda pendente de julgamento definitivo, a SPC, amparada juridicamente, iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração agosto de 2018.

O crédito de PIS e COFINS a recuperar será devidamente contabilizado após o trânsito em julgado das ações das quais é parte Autora e levando-se em consideração os termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 574.706, ainda pendente de finalização.

10. Adiantamento a fornecedores - consolidado

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Programa de fomento florestal ^(a)	231.063	237.466
Adiantamento para compra de produto acabado	-	33.324
Adiantamento a fornecedores ^(b)	85.963	37.264
	317.026	308.054
Ativo circulante	98.533	86.499
Ativo não circulante	218.493	221.555

- (a) O Programa de fomento consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola (madeira) à SPC. A SPC fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a SPC apoia os produtores através de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas.

Ao final dos ciclos de produção a SPC tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

- (b) Adiantamentos à fornecedores para compra de materiais, serviços e madeira em pé de terceiros.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e suas controladas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

11.1. Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com partes relacionadas					
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(31)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(529)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	33	(4.184)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de papel celulose	36.721	-	1.643	107.252
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	1	-	9	4.570
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	Outras despesas	-	-	65	-
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	65	-
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	129	-
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.499
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	826
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	437
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento de despesas	2	-	13	551
IPLF Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital e compartilhamento de despesas	-	-	272	4
Fundação Arymax	Compartilhamento de despesas	-	-	5	-
		<u>36.724</u>	<u>-</u>	<u>2.234</u>	<u>110.395</u>
Com empresas controladas diretas					
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	128	3	12.723
Suzano Papel e Celulose S.A.	Dividendos a receber	1.165	-	-	-
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Adiantamento para futuro aumento de capital e compartilhamento de despesas	-	1.333	3	1.300
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	173
		<u>1.165</u>	<u>1.461</u>	<u>3</u>	<u>14.196</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2. Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com partes relacionadas					
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	-	-	-	4.056
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(320)
Lazam-MDS Corretora e Adm. de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(378)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	4	-	45	(3.784)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de papel e celulose	28.628	-	6.954	83.706
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	5.026
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	(888)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	2.054
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.203
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	309
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	624
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas e mútuo	-	26.555	-	28
Acionistas	Dividendos a pagar	-	-	108.552	-
		<u>28.632</u>	<u>26.555</u>	<u>115.551</u>	<u>91.636</u>
Com empresas controladas diretas					
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	141	-	13.803
Suzano Papel e Celulose S.A.	Dividendos a receber	70.782	-	-	-
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	999
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	195
		<u>70.782</u>	<u>141</u>	<u>-</u>	<u>14.997</u>

11.3. Remunerações dos administradores

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, além de alguns executivos, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de Curto Prazo				
Salário ou Pró-Labore	54.613	29.461	5.950	4.687
Benefícios Direto ou Indireto	3.083	3.305	255	346
Bônus	19.890	30.976	3.138	4.158
	77.586	63.742	9.343	9.191
Benefícios de Longo Prazo				
Plano de Remuneração baseado em Ações	81.138	43.559	18.988	10.005
	81.138	43.559	18.988	10.005
	158.724	107.301	28.331	19.196

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e "13º salário"), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas (Nota explicativa 23).

12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceram créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não têm prazo prescricional.

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	313.563	575.248	3.270	-
Base negativa da contribuição social	7.804	29.830	1.177	-
Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	110.911	112.875	9.244	9.244
Provisões operacionais e para perdas diversas	289.254	207.402	2.583	3.502
Variação cambial - Tributação pelo regime caixa	534.093	82.793	-	-
Perdas com derivativos	291.254	29.943	-	-
Lucro não realizado	227.830	103.376	-	-
Demais diferenças temporárias	15.579	6.127	-	-
Ativo não circulante	1.790.288	1.147.594	16.274	12.746
Agio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	13.161	10.063	-	-
Imobilizado - Ajuste de custo atribuído	1.552.579	1.603.987	-	-
Depreciação acelerada incentivada	1.196.182	1.183.115	-	-
Demais diferenças temporárias	41.172	124.981	-	-
Passivo não circulante	2.803.094	2.922.146	-	-
Total líquido ativo não circulante	25.327	15.408	16.274	12.746
Total líquido passivo não circulante	1.038.133	1.789.960	-	-

Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram alcançadas por ambos impostos.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e de suas controladas está abaixo demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal a compensar	1.270.217	2.326.695	13.080	11.477
Base negativa da contribuição social a compensar	99.474	353.943	13.080	11.477

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia e suas controladas, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil,

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção. A projeção de realização está demonstrada a seguir:

Ano	31/12/2018
	Consolidado
Em 2019	726.605
Em 2020	236.760
Em 2021	291.720
Em 2022	169.464
Em 2023	79.356
Em 2024	59.880
Em 2025	68.047
2026 a 2028	158.456
	1.790.288

12.1. Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	152.689	2.229.800	96.957	599.407
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(51.914)	(758.132)	(32.965)	(203.798)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Tributação de lucros de controladas no exterior	(160.252)	(104.918)	-	-
Incentivo fiscal - redução SUDENE (a)	261.910	196.604	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.576	1.996	36.519	206.035
Diferença de tributação - empresas controladas (b)	62.119	151.136	-	-
Crédito Reintegra	37.627	39.180	-	-
Juros sobre capital próprio	-	50.538	-	(17.406)
Tributação em transações com controladas	(2.553)	(11.789)	-	-
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda (d)	20.505	9.414	-	-
Lucro não realizado em operações com controladas (c)	16.786	(17.011)	-	-
Outras diferenças permanentes	(28.162)	(3.931)	(26)	38
	158.642	(446.913)	3.528	(15.131)
Imposto de renda				
Corrente	(300.508)	(90.406)	-	(9.691)
Diferido	607.295	(185.483)	2.594	(1.419)
	306.787	(275.889)	2.594	(11.110)
Contribuição social				
Corrente	(286.158)	(125.134)	-	(3.510)
Diferido	138.013	(45.890)	934	(511)
	(148.145)	(171.024)	934	(4.021)
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos	158.642	(446.913)	3.528	(15.131)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	-103,90%	20,04%	-3,64%	2,52%

Utilização do benefício de redução de 75% com base no Lucro da Exploração de unidades de Mucuri (BA) e de Imperatriz (MA) da SPC.

(a) Refere-se, substancialmente, a diferença entre a alíquota nominal da Companhia e das suas controladas no Brasil e no exterior.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (b) Parcela referente ao custo de estoques que correspondem a resultados ainda não realizados, em operações *intercompany*.
- (c) Valor de dedução do Imposto de Renda referente a utilização do benefício do PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador) e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.
- (d) Em 2018, taxa efetiva de (95%) no Consolidado, devido principalmente ao menor impacto do benefício fiscal de lucro da exploração.

12.2. Incentivos fiscais

A SPC, possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O Incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O Incentivo das Linhas 1 e 2 de Mucuri (BA) expiram respectivamente em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz em 2024.

Durante período de 2006 até 2018, inclusive, a SPC se beneficiou da Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI") o qual foi aplicável para as aquisições dos bens do ativo imobilizado e consistia na depreciação integral do bem, no próprio ano da aquisição ou até o 4º ano subsequente à aquisição. Este benefício expirou em 31 de dezembro de 2018.

13. Ativos biológicos – consolidado

As variações dos saldos dos ativos biológicos nos respectivos exercícios estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.072.528
Adições (a)	912.368
Exaustão no exercício	(551.135)
Ganho na atualização do valor justo	192.504
Alienações de florestas	(28.030)
Outras baixas	(49.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.548.897
Adições (a)	1.285.490
Exaustão no exercício	(709.547)
Perda na atualização do valor justo	(129.187)
Alienações de florestas	(47.124)
Outras baixas	(12.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.935.905

- (a) Refere-se a formação e aquisição de florestas, sendo R\$ 875.963 de formação de floresta e R\$ 433.334 de aquisição de florestas na SPC (31 de dezembro de 2017, R\$ 798.578 e R\$ 136.414, respectivamente). No consolidado, são eliminados os custos incorridos de arrendamento de terras com controladas;

Os ativos biológicos da SPC são compostos principalmente de florestas de eucalipto de reflorestamento, utilizadas para fornecer madeira as fábricas de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará,

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Piauí e Tocantins. As áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas no cálculo do valor justo devido sua natureza.

As premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Ciclo médio de formação florestal de 7 anos;
- ii) As florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio;
- iii) O Incremento Médio Anual – IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectares, apurado com base no material genético aplicado em cada região, tratamentos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela SPC com terceiros independentes, e/ou ponderado pelo custo de formação acrescidos do custo de capital mais margem estimada para regiões onde não há referência de mercado disponível;
- vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	31.12.2018	31.12.2017
Área útil plantada (hectare)	463.801	466.535
Ativos Maduros	68.207	73.897
Ativos Imaturos	395.594	392.638
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare/ano	29,93	28,89
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m ³	68,62	69,19
Custo de utilização de ativos próprios que contribuem - %	4,50%	4,44%
Taxa de desconto - %	9,36%	9,11%

A SPC administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da SPC, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

Análise de sensibilidade

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As principais premissas, IMA, taxa de desconto e preço de venda, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

14. Investimentos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano Papel e Celulose S.A. (1)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2018				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.234	20.970	-	
Cotas	-	-	136.911	
Capital votante / total (5)	33,61%	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2018				
Ativo	53.932.644	7.477	1.091	
Passivo	41.906.709	139	2.009	
Patrimônio líquido	12.012.007	7.338	(918)	
Capital social	6.241.753	5.300	164	
Resultado do período	318.339	(110)	(1.739)	
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.420.378	7.623	1.143	3.429.144
Equivalência patrimonial	606.682	(238)	(459)	605.985
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	12.447	-	-	12.447
Perda na variação de participação (4)	609	-	-	609
Juros sobre capital próprio recebido (2)	(67.273)	-	-	(67.273)
Dividendos propostos a receber (2)	(70.782)	-	-	(70.782)
Complementos dos dividendos de 2016	200	-	-	200
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.902.261	7.385	684	3.910.330
Equivalência patrimonial	108.967	(109)	(1.449)	107.409
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	30.854	-	-	30.854
Perda na variação de participação (4)	(3.892)	-	-	(3.892)
Dividendos propostos a receber (2)	(1.164)	-	-	(1.164)
Complemento dos dividendos de 2017	116	-	-	116
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.037.142	7.276	(765)	4.043.653

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária – R\$ 38,08 em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 13.999;

(2) Dividendos e juros sobre capital próprio classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;

(3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;

(4) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na SPC;

(5) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da SPC de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da SPC, nos termos previsto no Acordo de Voto.

Conforme descrito nas notas 1.1b)i) e 33.1a), a administração concluiu pela manutenção da consolidação da SPC, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria (vide nota 33.2).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

14.1. Combinação de negócios da SPC

A SPC incorreu em custos relacionados à aquisição do controle das investidas citadas a seguir, as quais foram incluídos no resultado do exercício quando incorridos.

Os ativos líquidos e os intangíveis dessas investidas foram avaliados pela Administração e avaliadores independentes foram contratados para auxiliar na determinação dos seus valores justos. Foi adotada a metodologia *Income Approach* na determinação do valor justo dos ativos e passivos das investidas, a qual é baseada na preparação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Este método considera que o valor justo de um ativo está relacionado ao valor presente dos fluxos de caixa líquidos gerados pelo ativo no futuro.

i) Facepa

Em 1º de março de 2018, a SPC adquiriu o controle (direto e indireto) de 92,84% das ações da Facepa – Fábrica de Papel da Amazônia S.A.

Os ativos líquidos adquiridos estão abaixo apresentados, sendo que os saldos contábeis estão muito próximos do valor justo estimado:

Facepa - Fabrica de Papel da Amazônia S.A.			
Ativo	1/3/2018	Passivo	1/3/2018
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	12.743	Fornecedores	21.814
Contas a receber de clientes	49.315	Empréstimos e financiamentos	5.277
Estoque	20.162	Obrigações sociais e fiscais	8.087
Impostos a compensar	13.710	Adiantamento a clientes	595
Outras contas a receber	2.011	Dividendos a pagar	1.717
		Contas a pagar com transação	9.762
Total do circulante	97.941	Outras contas a pagar	1.214
		Total do circulante	48.466
Não circulante		Não circulante	
Impostos a compensar	425	Empréstimos e financiamentos	21.399
Depósitos judiciais	1.341	Provisões trabalhistas	1.350
Outras contas a receber	290	Outras contas a pagar	418
Investimento	423		
Imobilizado	77.431	Total do não circulante	23.167
Intangível	211		
Total do não circulante	80.121	Total do ativo líquido	106.429
Total do ativo	178.062	Total do passivo	178.062

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os ativos identificados na avaliação, com base nos seus valores justos estimados, estão apresentados a seguir:

	Valores (92,84%)	Valores (100,00%)
Ativos líquidos adquiridos da Facepa	98.808	106.428
Ativos líquidos adquiridos da AGFA ^(a)	590	
Intangível - Marcas	20.052	21.598
Intangível - Relacionamento com cliente	26.464	28.505
Intangível - <i>Non Compete</i>	3.133	3.374
Intangível - Mais valia do ativo imobilizado	46.247	49.814
Total dos ativos líquidos ao valor justo	195.294	209.720
Contraprestação total transferida/a ser transferida	307.876	
Ágio apurado na combinação de negócios	112.582	

- a) Conforme mencionado na Nota explicativa 1.1 b) iii), a AGFA é uma empresa não operacional e foi adquirida na transação da Facepa, considerando 100% das ações. O saldo dos ativos líquidos referem-se a contas a receber com a Facepa e saldo em conta bancária.

	Participação dos não controladores (7,16%)
Ativos líquidos adquiridos da Facepa	7.620
Intangível - Marcas	1.546
Intangível - Relacionamento com cliente	2.041
Intangível - <i>Non Compete</i>	242
Intangível - Mais valia do ativo imobilizado	3.567
Total dos ativos líquidos ao valor justo ^(a)	15.016

- a) Em 31 de Dezembro de 2018 a participação de não controladores, líquida de amortização e depreciação corresponde à R\$ 13,807.

O ágio apurado na SPC, que corresponde a 36,6% da contraprestação transferida, é atribuível principalmente à expectativa de rentabilidade futura devido às sinergias operacionais relacionadas ao segmento do tissue.

Se a Facepa tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2018, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 271.413 (não auditado) e prejuízo pro forma de R\$ 3.759 (não auditado). Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquiridas e adquirente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15. Imobilizado – consolidado

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Mais valia	Obras em Andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação	3,51%	5,42%	17,81%	-	-	-	-
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.683.865	15.345.570	301.748	4.368.584	-	390.671	23.090.438
Transferências	141.161	485.182	3.321	3.920	-	(633.560)	24
Transferências entre outros ativos	(4.500)	4.434	(7.035)	-	-	(8.705)	(15.806)
Adições	4.648	106.422	6.595	2.257	-	731.740	851.662
Baixas	(a) (9.468)	(95.277)	(13.525)	(26.162)	-	(4.697)	(149.129)
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	8.286	8.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.815.706	15.846.331	291.104	4.348.599	-	483.735	23.785.475
Transferências	127.015	439.553	12.881	750.824	-	(1.330.273)	-
Transferências entre outros ativos	4.500	1.867	1.318	-	-	(8.945)	(1.260)
Adições	2.319	143.058	26.220	705	-	1.321.350	1.493.652
Aquisição Facepa	18.505	46.165	1.920	7.446	49.814	3.395	127.245
Aquisição PCH	102.176	3.831	26	4.291	-	2	110.326
Baixas	(a) (8.654)	(67.280)	(3.685)	(34.524)	-	-	(114.143)
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	1.772	1.772
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.061.567	16.413.525	329.784	5.077.341	49.814	471.036	25.403.067
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(762.724)	(5.908.943)	(183.045)	-	-	-	(6.854.712)
Transferências	8	270	(301)	-	-	-	(23)
Baixas	(a) 3.177	64.536	13.145	-	-	-	80.858
Depreciação	(70.315)	(701.822)	(27.792)	-	-	-	(799.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(829.854)	(6.545.959)	(197.993)	-	-	-	(7.573.806)
Transferências	7	1.391	(1.398)	-	-	-	-
Baixas	(a) 1.462	60.506	2.249	-	-	-	64.217
Depreciação	(78.264)	(760.634)	(29.925)	-	(4.178)	-	(873.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(906.649)	(7.244.696)	(227.067)	-	(4.178)	-	(8.382.590)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.985.852	9.300.372	93.111	4.348.599	-	483.735	16.211.669
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.154.918	9.168.829	102.717	5.077.341	45.636	471.036	17.020.477

(a) Na SPC, além das alienações, as baixas incluem obsolescência e sucateamento;

(b) O saldo de obras em andamento na SPC é proveniente de investimentos realizados em linha com a estratégia para maximização do retorno aos acionistas sendo: (i) negócios adjacentes R\$ 69.140; (ii) competitividade estrutural R\$ 247.550; e (iii) outros investimentos R\$ 154.346. (31 de dezembro de 2017, (i) negócios adjacentes R\$ 134.299; (ii) competitividade estrutural R\$ 264.606; e (iii) outros investimentos R\$ 84.830);

(c) Contempla os valores referente aos acionistas não controladores da SPC sendo: R\$ R\$ 3.879 custo e R\$ (299) depreciação.

Máquinas e equipamentos da SPC incluem os montantes reconhecidos como arrendamento mercantil financeiro descrito na Nota explicativa 19.6.

15.1. Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2018, a SPC e suas controladas tinham bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$ 11.505.386 (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$11.571.632).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15.2. Despesas capitalizadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram capitalizados juros na SPC no montante de R\$ 1.772 referente aos recursos utilizados para investimento em negócios adjacentes e em competitividade estrutural (31 de dezembro de 2017, o montante era R\$ 8.286 referente aos mesmos investimentos). O valor calculado considera as captações líquidas das aplicações à taxa média de 0,54% ao mês.

16. Intangível – consolidado

16.1 Ágio

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vale Florestar	45.435	45.435
Paineiras Logística	10	10
PHC Mucuri	307	-
Facepa (a)	112.582	-
	<u>158.334</u>	<u>45.445</u>

(a) Vide nota explicativa 14.1.

Em 31 de dezembro de 2018, a SPC realizou o teste de impairment do ágio Vale Florestar considerando os mesmos contratos de arrendamento de terras da época da aquisição e a utilização das áreas para formação florestal atual, bem como, premissas econômicas similares aquelas utilizadas para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos na região do Pará na data destas demonstrações financeiras.

Para o ágio da Facepa e PCH Mucuri, apurados em 2018 na combinação de negócios, foi utilizado o mesmo estudo na data base desta demonstração financeira.

Em dezembro de 2018, a SPC não identificou necessidade de redução do valor contábil desses ativos.

16.2. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o valor relativo a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida era de R\$ 1.196.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

16.3. Ativos intangíveis com vida útil definida

	Marcas e patentes	Softwares	Relacionamento com clientes	Non Compete	Acordo de pesquisa e desenvolvimento	Total
Vida útil em anos	8,4	5	2,5	5	18,8	
Custo de aquisição	1.635	120.718	-	-	196.023	318.376
Amortização acumulada	(920)	(49.533)	-	-	(94.976)	(145.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	715	71.185	-	-	101.047	172.947
Aquisições	-	8.054	-	-	-	8.054
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	1.284	1.284
Amortização	(105)	(21.825)	-	-	(8.339)	(30.268)
Baixas	-	-	-	-	(18.937)	(18.937)
Transferências e outros	-	8.705	-	-	-	8.705
Saldo Contábil	610	66.119	-	-	75.055	141.785
Custo de aquisição	1.635	137.477	-	-	178.370	317.482
Amortização acumulada	(1.025)	(71.358)	-	-	(103.315)	(175.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	610	66.119	-	-	75.055	141.785
Aquisições	-	7.217	-	-	-	7.217
Aquisição PCH/Facepa	17	749	-	-	-	766
Ativos identificados Facepa	21.598	-	28.505	3.374	-	53.477
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	12.461	12.461
Amortização	(100)	(23.390)	-	-	(7.610)	(31.100)
Amortização PCH/Facepa	(13)	(528)	-	-	-	(541)
Amortização ativos identificados Facepa	(2.635)	-	(9.502)	(562)	-	(12.699)
Transferências e outros	-	8.945	-	-	-	8.945
Saldo Contábil	19.477	59.112	19.003	2.812	79.906	180.311
Custo de aquisição	23.250	154.388	28.505	3.374	190.831	400.348
Amortização acumulada	(3.773)	(95.276)	(9.502)	(562)	(110.925)	(220.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19.477	59.112	19.003	2.812	79.906	180.311

17. Créditos a receber com precatórios – consolidado

Em 1º de julho de 1987, a subsidiária incorporada Companhia Santista de Papel, ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar, na cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo). Em 2 de dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para a SPC.

A Administração da SPC juntamente com seus assessores jurídicos esperam o repasse do valor do precatório até o ano de 2024, quando então todos os precatórios deverão ser quitados.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor a receber com precatórios era de R\$ 63.652 (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 60.975).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18. Fornecedores – consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores nacionais	559.885	574.458
fornecedores estrangeiros	72.680	36.018
	<u>632.565</u>	<u>610.476</u>

19. Financiamentos – consolidado

19.1. Empréstimos e financiamentos

		<u>Indexador</u>	<u>Taxa média anual de juros em 31/12/2018</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Controlada direta Suzano Papel e Celulose S.A. - Consolidado						
Imobilizado:						
BNDES - Finem	(a) (b)	Taxa fixa/TJLP	7,18%	2019 a 2030	333.289	339.798
BNDES - Finem	(b)	Cesta de moedas/US\$	7,13%	2019 a 2022	161.517	165.125
BNDES - Finame	(a)	Taxa fixa/TJLP	5,08%	2019 a 2024	2.980	4.708
FNE - BNB	(b)	Taxa fixa	6,46%	2024 a 2026	217.014	244.452
FINEP	(b)	Taxa fixa	4,00%	2020	12.860	20.577
Arrendamento mercantil financeiro		CDI/US\$		2019 a 2022	18.225	19.686
Financiamentos de Importações / ECA	(b) (c)	US\$/Libor	4,13%	2022	797.074	864.761
					<u>1.542.959</u>	<u>1.659.107</u>
Capital de giro:						
Financiamentos de exportações		US\$/Libor	4,27%	2021 a 2022	2.171.390	844.388
Nota de crédito de exportação	(f)	CDI	6,69%	2019 a 2026	3.799.257	2.907.200
Senior Notes	(d)	US\$/Taxa fixa	6,28%	2021 a 2047	11.406.027	4.730.800
Desconto de duplicatas-Vendor					-	33.363
Empréstimo Sindicalizado	(e)	US\$/Libor	3,95%	2023	11.825.134	1.986.691
Fundo de direitos creditórios	(h)			2019	22.054	24.665
Crédito de Produtor Rural	(g)	CDI	7,43%	2026	279.838	-
Outros				2019 a 2025	27.397	5.642
					<u>29.531.097</u>	<u>10.532.749</u>
Controladora						
Investimento:						
BNDESPAR		TJLP	4,50%	2017 a 2018	-	357
					<u>31.074.056</u>	<u>12.192.213</u>
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					<u>3.425.399</u>	<u>2.115.424</u>
Passivo não circulante					<u>27.648.657</u>	<u>10.076.789</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os financiamentos e empréstimos consolidados não circulantes vencem como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	2.122.767
2020	2.229.429	2.599.279
2021	2.595.525	1.121.216
2022	3.259.465	123.745
2023	7.481.430	53.160
2024	39.960	34.084
2025	792.508	-
2026 em diante	11.250.340	4.022.538
	<u>27.648.657</u>	<u>10.076.789</u>

- (a) Se a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") exceder 6% ao ano, a porção excedente é incluída dentro do principal e sujeita aos juros.
- (b) Empréstimos e financiamentos estão garantidos, dependendo do contrato, por i) hipotecas da fábrica; ii) propriedades rurais; iii) alienação fiduciária do bem que está sendo financiado; iv) garantia dos acionistas e v) garantia (fiança) bancária.
- (c) Com o objetivo de financiar a importação de equipamentos para a produção de celulose na unidade localizada em Maranhão, a SPC obteve financiamento no valor aproximado de US\$ 535 milhões, com prazo de até 9,5 anos, garantidos pelas Agências *Finnvera* e *EKN* ("*Export Credit Agency*"). Esses acordos estabelecem cláusulas relacionadas à manutenção de certos níveis de alavancagem, que são verificados quanto ao cumprimento duas vezes ao ano (junho e dezembro). Até o momento, a SPC cumpriu todos os *covenants* estabelecidos nos contratos: razão dívida líquida consolidada / EBITDA consolidado menor que 2,85 e EBITDA consolidado / despesa líquida de juros maior que 2,0.
- (d) Em março de 2017, a SPC por meio da sua subsidiária Suzano Áustria, emitiu Senior Notes no valor de US\$ 300 milhões com vencimento em março de 2047, com pagamento de juros semestrais de 7,00% ao ano e retorno final para os investidores de 7,38% ao ano. Adicionalmente. No último trimestre de 2017, a SPC por meio de sua subsidiária Suzano Trading, recomprou Senior Notes no valor de (i) US\$ 456 milhões e, através da Suzano Áustria, reabriu as emissões de Senior Notes no montante de US\$ 200 milhões, com vencimento em julho de 2026, e juros correspondentes a 4,62% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e (ii) US\$ 200 milhões com vencimento em março de 2047, com juros correspondentes a 6,30% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro. Em setembro de 2018, houve uma nova emissão de Senior Notes, no valor de US\$ 1,0 bilhão, com juros de 6% ao ano e vencimento em 2029 (Nota explicativa 1.1 a) iii)). Em novembro de 2018 a Suzano Áustria reabriu a emissão de Senior Notes com vencimento em março de 2047 no montante de US\$ 500 milhões, com juros correspondentes a 6,85% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro.
- (e) Em fevereiro de 2018, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou um empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 750 milhões com pagamento de juros trimestrais e amortização do principal entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2023. Em dezembro de 2018, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou um empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 2.300 milhões, contratado em março de 2018, com pagamento de juros trimestrais e amortização do principal entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023. (Nota explicativa 1.1. a) viii)).
- (f) No terceiro trimestre de 2018, foram contratadas pela SPC duas Notas de Crédito à Exportação, somando R\$ 1,3 bilhão, indexadas ao CDI com vencimento em 2026.
- (g) No terceiro trimestre de 2018, foi contratada pela SPC Cédula de Produtor Rural Financeira, com volume de R\$ 275 milhões, indexadas ao CDI e com vencimento em 2026.
- (h) Vide Nota explicativa 7.1.

Alguns contratos de financiamento da SPC possuem cláusulas financeiras e não financeiras. Os *covenants* financeiros estabelecem determinados níveis máximos de alavancagem expressos, normalmente, pela razão Dívida Líquida/EBITDA (*Earnings Before Income, Taxes, Depreciation and Amortization*), que são atingidos pela SPC na data destas demonstrações financeiras. Os *covenants* não financeiros, estabelecem o nível máximo de cessão de recebíveis, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais, que também estão em conformidade.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.013.738	959
Captações	2.561.954	-
Variação cambial	81.849	-
Liquidação de principal	(4.534.347)	(611)
Liquidação de juros	(1.025.187)	(70)
Despesas de juros e outros custos	1.042.074	79
Custo de transação e outros custos (a)	52.132	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.192.213	357
Captações	20.964.722	-
Adição proveniente da aquisição de controladas	79.923	-
Variação cambial	1.457.989	-
Liquidação de principal	(3.738.935)	(358)
Liquidação de juros	(669.101)	(13)
Despesa de juros e outros custos	873.358	14
Custo de transação e outros custos (a)	(86.113)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	31.074.056	-

(a) Inclui, além dos custos de captações e amortizações, ágios e deságios na emissão das dívidas.

19.3. Debêntures

A SPC realizou a 6ª emissão de debêntures em 29 de junho de 2018, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1. As Debêntures não são conversíveis em ações de emissão da SPC e não possuem covenants (Nota Explicativa 1.1 a) vi)).

<u>Consolidado</u>			<u>31/12/2018</u>		<u>Indexador</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>Resgate</u>
<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>		
6ª	única	4.681.100	1.297	4.662.156	4.663.453	CDI	112,50%
							29/06/2026

19.4. Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

<u>Natureza</u>	<u>Custo Total</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Consolidado</u>	
			<u>Saldo à amortizar</u>	
			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Senior Notes	134.754	(67.565)	67.189	27.280
NCE	77.457	(57.262)	20.195	23.076
Importação (ECA)	101.811	(85.576)	16.235	26.386
Empréstimo Sindicalizado	57.467	(26.915)	30.552	6.479
Debêntures	20.295	(1.351)	18.944	-
Outros	7.728	(4.540)	3.188	2.424
Total	399.512	(243.209)	156.303	85.645

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O custo de captação em moeda estrangeira é amortizado nas datas contratuais com base na taxa de juros efetiva e na moeda de origem, e é convertido em Reais para fins de divulgação.

19.5. Garantias de empréstimos e financiamentos

Alguns contratos de empréstimo e financiamento possuem cláusulas de garantia dos próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados indicados pela SPC (Nota explicativa 15.1).

19.6. Arrendamento mercantil

i) Arrendamento mercantil financeiro

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose e papel, onde a SPC assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Alguns contratos são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 5 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração tem a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Máquinas e equipamentos	108.160	108.160
(-) Depreciação acumulada	<u>(101.318)</u>	<u>(99.452)</u>
Imobilizado líquido	<u>6.842</u>	<u>8.708</u>
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)		
Menos de um ano	5.608	4.632
Mais de um ano e até cinco anos	<u>12.617</u>	<u>15.054</u>
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	<u>18.225</u>	<u>19.686</u>
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	<u>2.115</u>	<u>2.770</u>
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	<u>20.340</u>	<u>22.456</u>

ii) Arrendamento mercantil operacional

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados à locação de áreas, escritórios, imóveis, centrais telefônicas e serviço de instalação, celebrados em Reais. A Administração não tem a intenção de compra dos ativos ao final do contrato e o prazo dos contratos não são equivalentes à parte substancial da vida útil dos ativos.

Os contratos de arrendamento de terras, utilizadas para formação de florestas de eucalipto, têm vencimentos até 21 anos (3 ciclos de formação florestal). O custo incorrido com o pagamento destes contratos são reconhecidos como custo de formação dos Ativos Biológicos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os pagamentos do arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado da SPC.

Descrição	Valor da parcela mensal	Indexador	Vencimento
Escritórios administrativos e depósitos	1 à 1.163	IGP-M ^(a) e IPCA ^(b) /IBGE ^(c)	01/2019 a 1/2024
Central telefônica e licenças	1 à 270	IGP-DI ^(d)	01/2019
Terras	182 à 2.047	IGP-M, IPCA/IBGE e outros	01/2019 a 06/2046

(a) Índice Geral de Preços de Mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

(b) Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

(c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(d) Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Os pagamentos mínimos de vencimento operacional serão os seguintes:

	31/12/2018
Até um ano	181.903
Mais de um ano e até três anos	484.200
Mais de três anos e até cinco anos	258.018
Mais de 5 anos	524.120
Total das parcelas vincendas	1.448.241

20. Demais compromissos - consolidado

Contratos na modalidade de *Take or Pay*

A SPC firmou contratos de longo prazo de até 6 anos na modalidade *Take or Pay* com fornecedores de energia elétrica, gás natural/GLP, combustível, químicos, oxigênio e CO2 e transportes. Os contratos prevêem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante envolvido nesta modalidade de contrato totaliza R\$ 5.763.658, considerando os valores mínimos contratuais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21. Provisão para contingências

21.1. Movimentação das provisões para contingências

	Consolidado			
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	233.748	38.430	1.839	274.017
Adições	38.896	9.888	1.880	50.664
Reversões	(4.739)	(3.720)	(337)	(8.796)
Atualizações monetárias	42.400	9.467	-	51.867
Liquidação de processos	(3.375)	(13.702)	-	(17.077)
Saldo em 31/12/2017	306.930	40.363	3.382	350.675
Adições por combinação de negócios	-	1.900		1.900
Adições	49.753	28.716	150	78.619
Reversões	(13.605)	(5.011)	(394)	(19.010)
Atualizações monetárias	5.747	7.481	475	13.703
Liquidação de processos	(18.350)	(22.580)	(81)	(41.011)
Saldo em 31/12/2018	330.475	50.869	3.532	384.876

Os principais processos da SPC e suas controladas são comentados a seguir:

21.2. Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2018, a SPC figurava no polo passivo em 407 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como IRPJ/CSLL, PIS, COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre a propriedade Territorial Rural ("ITR"), ICMS, Imposto Sobre Serviço ("ISS") e Imposto Predial e Territorial Urbano ("IPTU"), cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessoria jurídica externa da SPC e pela Administração.

Com a edição da Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente, convertida na Lei nº 13.496/2017, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, em razão dos benefícios de redução de juros, multas e encargos legais, a SPC optou por migrar alguns débitos que estavam abrangidos pelo REFIS – Lei nº 11.941/09, ainda não consolidados, e incluir outros débitos com probabilidade de perda provável no referido Programa de Parcelamento, estando provisionados em 31 de dezembro de 2018 os valores dos referidos débitos no montante de R\$ 4.398, já descontado neste montante as reduções legais e os valores pagos antecipadamente à Receita Federal do Brasil, cuja consolidação ainda depende de ato normativo a ser expedido pelo referido Órgão Público.

21.3. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a SPC figurava no polo passivo em 3.459 processos de natureza trabalhista.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados da SPC estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a SPC.

21.4. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a SPC figurava no polo passivo em 453 processos cíveis.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, ambientais, dentre outras.

21.5. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2018, a SPC mantinha o montante de R\$ 129.005 de depósitos judiciais (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 113.613).

Os montantes de R\$ 44.395, R\$ 79.605 e R\$ 5.005 referem-se a processos de natureza tributário e previdenciário, trabalhistas e cíveis, respectivamente. (31 de dezembro de 2017, os montantes de R\$ 69.599, R\$ 44.014 referem-se a processos de natureza tributário previdenciário e trabalhistas, respectivamente).

21.6. Processos possíveis

A SPC tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributários e previdenciários	1.077.761	1.026.950
Trabalhistas	85.309	14.268
Cíveis	43.271	23.666
	1.206.341	1.064.884

A SPC é ré em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total de R\$ 1.077.761, para os quais não há provisão. Desse montante, R\$ 848.428 refere-se a autos de infração fiscal de PIS e COFINS, do período de 2007 a 2013, que ainda não foram julgados definitivamente no mérito no âmbito do Tribunal Administrativo.

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Contribuição Previdenciária, IRPJ, ITR, ICMS, Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), PIS e COFINS, principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

Os processos judiciais envolvendo a Companhia são descritos a seguir:

21.7. Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo de um processo judicial, de natureza tributária, no qual é discutida a não-incidência de PIS/COFINS sobre valores recebidos a título de juros sobre

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

capital próprio, o qual encontra-se provisionado no montante de R\$ 33.606, devido a probabilidade de perda ser considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha R\$ 33.606 de depósito judicial relacionado a este processo (31 de dezembro de 2017 o montante era de R\$ 33.606).

22. Passivos atuariais – consolidado

22.1. Planos de benefícios definidos

A SPC garante cobertura de custos com assistência médica para ex-funcionários que se aposentaram até 2003 (até 1998 para ex-funcionários da Ripasa, atual unidade de Limeira), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da SPC, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a SPC assegura o programa de assistência médica.

A SPC oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados.

22.2. Principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto - plano médico	4,91% a.a	5,39% a.a
Taxa de desconto - seguro de vida	4,91% a.a	5,39% a.a
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,25% a.a	3,25% a.a
Inflação econômica	4,00% a.a	4,40% a.a
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

Em 31 de dezembro de 2018, a sensibilidade do saldo do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas utilizadas, considerando mantidas as demais, é como segue:

	Mudança	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,67%	Aumento de 6,25%
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 6,41%	Redução de 5,86%
Mortalidade	1 ano	Aumento de 0,47%	Redução de 2,27%

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22.3. Movimentação do passivo atuarial

Saldo final em 31 de dezembro de 2016	339.009
Juros sobre obrigação atuarial	38.022
Ganho atuarial	(4.173)
Benefícios pagos no exercício	(21.595)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	351.263
Juros sobre obrigação atuarial	35.920
Perda atuarial	69.305
Benefícios pagos no exercício	(26.061)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	430.427

23. Plano de remuneração baseado em ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e a SPC tem quatro planos de Incentivo de Longo Prazo – ILP, baseados em ações: (i) o plano de ILP (Ações Fantasma), (ii) o plano de Opções de compra de ações (Stock Options); (iii) plano de apreciação do valor das ações (SAR - Share Appreciation Rights); e (iv) plano de Ações Restritas com performance (Performance Shares)

São elegíveis ao plano determinados executivos, diretoria e colaboradores (beneficiários). As condições gerais de aquisição, tais como, preço de exercício, quantidade de ações, carência e de outorga das opções de compra das ações a esses executivos (beneficiários) são definidas em regulamentos específicos segundo diretrizes e condições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia e da SPC.

23.1. Plano de opções de ações fantasmas (“PSO”)

Determinados executivos e membros chave da Administração, da Companhia e da SPC, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro.

Ao longo do ano de 2017, a Companhia e a SPC outorgaram os Programas SAR e PLUS 2017 (Share Appreciation Rights) de opções de ações fantasma. Nestes programas, o beneficiário deverá investir 5% do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% após três anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos programas de ILP para membros chaves da Companhia e da SPC como forma de retenção destes membros. Nesse programa o beneficiário não faz investimento.

O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 até 5 anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é calculado da média da cotação das ações dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão. As parcelas destes programas serão reajustadas com base na variação da cotação das ações da SPC (SUZB3) entre a data de concessão e a de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As opções de ações fantasmas somente serão devidas caso o beneficiário esteja no quadro de funcionários da Companhia e da SPC na data do pagamento. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da Companhia ou por iniciativa do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o executivo perde o direito ao recebimento de todos os benefícios, exceto quando estabelecido de outra forma em contratos.

	SPC	
	31/12/2018	31/12/2017
	Ações (Nº)	Ações (Nº)
Disponíveis no início do exercício	5.055.519	3.048.991
Outorgadas durante o exercício	1.415.476	3.035.488
Exercidas ^(a)	(751.859)	(695.532)
Exercidas por demissão ^(a)	(153.601)	(161.270)
Abandonadas / prescritas por demissão	(520.178)	(172.158)
Disponíveis no final do exercício	5.045.357	5.055.519

a) Para as ações exercidas e exercidas por demissão, o preço médio em 31 de dezembro 2018 e em 31 de dezembro de 2017, foram de R\$ 47,77 e R\$ 19,84 respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018, os planos de opções de ações fantasma em aberto estão abaixo apresentados:

Companhia - 31/12/2018				
Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga	Disponíveis no Fim do Período
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	42.575
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2020	R\$ 13,30	71.568
Total:				114.143

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

SPC - 31/12/2018				
Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga	Quant. Opções Outorgadas
Diferimento 2014	01/03/2015	01/03/2019	R\$ 10,80	187.263
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	R\$ 11,69	3.635
SAR 2015 - Setembro	01/09/2015	01/09/2020	R\$ 15,99	4.340
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2019	R\$ 16,93	72.096
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	R\$ 16,93	72.096
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	568.215
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	192.142
SAR 2016 - Outubro	03/10/2016	03/10/2021	R\$ 11,03	8.934
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	938.457
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	235.578
ILP 2017 - 36	03/04/2017	03/04/2020	R\$ 13,30	304.512
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2021	R\$ 13,30	304.512
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	304.512
ILP 2017 - CAB	01/05/2017	01/05/2020	R\$ 13,30	307.141
ILP 2017 - 36 Out	02/10/2020	02/10/2020	R\$ 15,87	126.444
ILP 2017 - 48 Out	02/10/2021	02/10/2021	R\$ 15,87	42.008
ILP 2017 - 60 Out	02/10/2022	02/10/2022	R\$ 15,87	42.008
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2021	R\$ 19,88	196.535
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	R\$ 19,88	196.535
ILP 2018	02/04/2018	02/04/2021	R\$ 21,45	15.851
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$ 21,45	841.735
PLUS 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$ 21,45	80.808
TOTAL				5.045.357

23.2. Plano de opções de compra de ações ordinárias

Dos Planos de Opção de Compra de Ações (SOP) da SPC, o Programa 3 outorgado em 2013, foi totalmente liquidado no exercício de 2018.

Em 1º de janeiro de 2018 a SPC estabeleceu um plano de Ações Restritas baseado na performance da SPC (Programa IV). O Plano associa a quantidade de Ações Restritas outorgada ao desempenho da SPC em relação à meta ROIC (*Return Over Invested Capital* ou Retorno Sobre Capital Investido). O tamanho da outorga de ações restritas é definido em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2018 da SUZB3 na B3.

23.3. Premissas de mensuração

O Plano de opções de ações fantasma, por ser liquidado em caixa, o valor justo das opções é remensurado ao término de cada período com base no Método Monte Carlo - MMC, sendo este multiplicado pelo TSR (*Total Shareholder Return*) observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O Plano de opções de ações ordinárias do Programa III, o valor justo foi estimado com base no modelo probabilístico binomial, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas:

Descrição das premissas	Indicadores				
	Opções				
	Programa III	SAR 2015	SAR 2016 e Plus 2016	SAR 2017 e Plus 2017	SAR 2018 e Plus 2018
Modelo de Cálculo	Binomial	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Preço do ativo base (por ação)	R\$ 7,73	R\$ 42,46	R\$ 42,46	R\$ 42,46	R\$ 42,46
Expectativa de volatilidade ^(a)	40,47% a.a.	44,36 % a.a.	44,36 % a.a.	44,36 % a.a.	44,36 % a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções ^(b)	Igual à vida da opção				
Expectativa de dividendos ^(c)	3,49% a.a.	1% a.a.	1% a.a.	1% a.a.	1% a.a.
Taxa de juros média ponderada livre de risco ^(d)	8,99%	8,72%	8,72%	8,72%	8,72%

- (a) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de retornos.
- (b) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício.
- (c) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da SPC.
- (d) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	128.224	40.672	(132.343)	(34.419)
Patrimônio líquido				
Reserva de opções de compra de ações	5.100	14.237	(5.170)	(1.523)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(137.513)	(35.942)
	Controladora			
	Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	3.906	2.352	(5.904)	(2.227)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(5.904)	(2.227)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

24. Contas a pagar de aquisição de ativos – consolidado

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Aquisição de terras e florestas (Ativos)		
Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") (a)	91.085	102.059
Duratex (b)	385.397	-
	476.482	102.059
Transação de Combinação de Negócios		
FACEPA (c)	41.185	-
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") (d)	474.845	483.927
	516.030	483.927
	992.512	585.986
Total do passivo circulante	476.954	83.155
Total do passivo não circulante	515.558	502.831

(a) Refere-se a contas a pagar da SPC, relacionadas com a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas construídas no Maranhão, atualizado pelo IPCA.

(b) Refere-se a contas a pagar da SPC, relacionadas com a aquisição de imóveis rurais e florestas (ativo biológico), atualizado pelo IPCA com vencimento em agosto de 2019.

(c) Adquirido em março de 2018 pela SPC, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente de R\$40.000, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, de acordo com o contrato, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028. (Nota explicativa 1.1 b) ii)).

(d) Em agosto de 2014, a SPC adquiriu a Vale Florestar S.A. através do VFFIP, pelo montante de R\$ 528.941, mediante sinal de R\$ 44.998 e saldo devedor com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações mensais estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do dólar norte americano e parcialmente reajustadas pela variação do IPCA.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

25.2. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurou lucro líquido e registrou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 108.552, que foram propostos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/04/2018, sendo a primeira parcela de R\$ 65.778 paga em 10 de maio de 2018 e o saldo de R\$ 42.774 pago em 31 de outubro de 2018.

Dividendos propostos no exercício

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	100.485	584.276
Reserva legal	(5.024)	(29.214)
Reserva de incentivos fiscais reflexa	(95.461)	(66.186)
Lucro líquido ajustado	<u>-</u>	<u>488.876</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	-	122.219
Juros sobre capital próprio pago líquido do IR	-	(13.667)
	<u>-</u>	<u>108.552</u>

A título de proposta da Administração será submetido à aprovação da AGO/E o montante de R\$ 113.850 de dividendos. Por não ter dividendos mínimos obrigatórios, se aprovado, será atribuído as reservas de lucros.

25.3. Reservas

i. Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

ii. Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa

A Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa se refere às subvenções governamentais concedidas à SPC, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada.

iii. Reserva de capital

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, anterior a lei 11.638/07, e ganhos de variação de participação em controlada.

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

i. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na SPC. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da SPC.

25.5. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

31/12/2018			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	41.265	41.483	17.737
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320
Prejuízo básico por ação	0,54995	0,60494	0,60494

31/12/2017			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	239.938	241.204	103.134
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320
Lucro básico por ação	3,19772	3,51749	3,51749

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da SPC, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

31/12/2018			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	41.209	41.427	17.713
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320
Prejuízo diluído por ação	0,54921	0,60413	0,60413

31/12/2017			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	239.384	240.647	102.896
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320
Lucro diluído por ação	3,19033	3,50937	3,50937

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Rendimento de aplicações financeiras	444.570	289.413	1.938	3.052
Receitas financeiras com avais e fianças concedidas	-	-	1.528	1.887
Outras receitas financeiras	17.355	20.011	4	223
Total das receitas financeiras	461.925	309.424	3.470	5.162
Despesas de juros com empréstimos	(1.075.580)	(1.034.177)	(13)	(78)
Outras despesas de juros	(120.991)	(108.410)	-	-
Outras despesas financeiras	(302.440)	(74.273)	(26)	(192)
Total das despesas financeiras	(1.499.011)	(1.216.860)	(39)	(270)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(1.311.061)	(163.418)	-	-
Variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	244.411	(15.995)	-	-
Varição monetária e cambial, líquida	(1.066.650)	(179.413)	-	-
Ganhos em operações com derivativos	588.049	73.271	-	-
Perdas em operações com derivativos	(3.323.245)	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(2.735.196)	73.271	-	-
Receitas financeiras	461.925	382.695	3.470	5.162
Despesas financeiras	(5.300.857)	(1.396.273)	(39)	(270)
Resultado financeiro líquido	(4.838.932)	(1.013.578)	3.431	4.892

27. Receita líquida – consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas	14.797.238	11.700.632
Deduções		
Ajuste a valor presente	(4.984)	(7.596)
Devoluções e cancelamentos	(75.477)	(50.199)
Descontos e abatimentos	(15.695)	(6.589)
	14.701.082	11.636.248
Impostos sobre as vendas (a)	(1.263.425)	(1.115.238)
Receita líquida	13.437.657	10.521.010

(a) Inclui o montante relativo 2,5% sobre a receita bruta das vendas no mercado interno, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme estabelece a Lei 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A tabela abaixo mostra a composição da receita líquida consolidada pelos mercados externo e interno, especificando os países onde as vendas no mercado exportação são mais significativas:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Receita Líquida	% Total Receita Líquida	Receita Líquida	% Total Receita Líquida
Mercado interno	4.046.039	30%	3.187.379	30%
Mercado externo	9.391.618	70%	7.333.631	70%
China	2.113.078	16%	1.786.629	17%
Hong Kong	1.412.179	11%	1.230.631	12%
Estados Unidos	1.346.863	10%	1.392.159	13%
França	889.471	7%	475.442	5%
Alemanha	568.409	4%	441.506	4%
Itália	447.063	3%	378.874	4%
Turquia	328.821	2%	197.880	2%
Reino Unido	235.441	2%	195.828	2%
Peru	200.017	1%	128.083	1%
Espanha	198.692	1%	246.184	2%
Coréia do Sul	160.286	1%	19.974	0%
Argentina	157.715	1%	160.207	2%
México	140.055	1%	23.727	0%
Demais Países	1.193.530	9%	656.507	6%
Total Receita Líquida	13.437.657	100%	10.521.010	100%

28. Informação por segmento e áreas geográficas – consolidado

28.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas em “Não Segmentadas” estão relacionadas a demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel, celulose e imobiliário, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno.
- ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

28.2. Informações dos segmentos operacionais

	31/12/2018				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	8.783.000	4.654.329	328	-	13.437.657
Mercado interno	744.294	3.301.417	328	-	4.046.039
Mercado externo	8.038.706	1.352.912	-	-	9.391.618
Ásia	3.837.998	101.695	-	-	3.939.693
Europa	2.810.899	225.111	-	-	3.036.010
América do Norte	1.340.907	210.715	-	-	1.551.622
América do Sul e Central	48.902	774.730	-	-	823.632
África	-	40.661	-	-	40.661
Custo dos produtos vendidos	(3.965.733)	(2.952.603)	(2.563)	-	(6.920.899)
Lucro bruto	4.817.267	1.701.726	(2.235)	-	6.516.758
Margem Bruta (%)	54,8%	36,6%	-681,4%	-	48,5%
Despesas (receitas) operacionais	(626.887)	(886.347)	220	(12.123)	(1.525.137)
Despesas com vendas	(212.869)	(385.857)	-	-	(598.726)
Despesas gerais e administrativas	(275.859)	(549.350)	279	(11.958)	(836.888)
Outras receitas (despesas) operacionais	(138.159)	41.284	(59)	(165)	(97.099)
Equivalência patrimonial	-	7.576	-	-	7.576
Resultado Operacional (EBIT)	4.190.380	815.379	(2.015)	(12.123)	4.991.621
Margem operacional (%)	47,7%	17,5%	-614,3%	-	37,1%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(4.838.932)	(4.838.932)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.190.380	815.379	(2.015)	(4.851.055)	152.689
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	158.642	158.642
Lucro do exercício	4.190.380	815.379	(2.015)	(4.692.413)	311.331
Margem do lucro do exercício (%)	47,7%	17,5%	-614,3%	-	2,3%
Lucro dos acionistas controladores	-	-	-	-	100.485
Lucro dos acionistas não controladores	-	-	-	-	210.846
Depreciação, exaustão e amortização	1.105.381	457.842	9	72	1.563.304
Total do ativo (a)	19.798.067	7.487.686	3.457	26.716.608	54.005.818
Total do passivo (a)	670.041	701.802	679	40.576.905	41.949.427
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (a)	-	-	-	4.067.689	4.067.689
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores (a)	-	-	-	7.988.702	7.988.702
Total do patrimônio líquido (a)	-	-	-	12.056.391	12.056.391
Venda de produtos (em toneladas)	3.225.595	1.253.935	-	-	4.479.530
Mercado externo	2.927.590	375.603	-	-	3.303.193
Mercado interno	298.005	878.332	-	-	1.176.337

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2017				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.891.589	3.629.201	220	-	10.521.010
Mercado interno	620.415	2.566.744	220	-	3.187.379
Mercado externo	6.271.174	1.062.457	-	-	7.333.631
Ásia	2.976.504	32.950	-	-	3.009.454
Europa	2.237.162	139.572	-	-	2.376.734
América do Norte	966.789	255.086	-	-	1.221.875
América do Sul e Central	90.719	608.445	-	-	699.164
África	-	26.404	-	-	26.404
Custo dos produtos vendidos	(3.906.088)	(2.543.380)	(2.084)	-	(6.451.552)
Lucro bruto	2.985.501	1.085.821	(1.864)	-	4.069.458
Margem Bruta (%)	43,3%	29,9%	-847,3%	-	38,7%
Despesas (receitas) operacionais	(104.985)	(756.949)	(568)	36.422	(826.080)
Despesas com vendas	(163.879)	(266.946)	-	-	(430.825)
Despesas gerais e administrativas	(185.141)	(343.833)	(544)	-	(529.518)
Outras receitas (despesas) operacionais	244.035	(152.042)	(24)	36.422	128.391
Equivalência patrimonial	-	5.872	-	-	5.872
Resultado Operacional (EBIT)	2.880.516	328.872	(2.432)	36.422	3.243.378
Margem operacional (%)	41,8%	9,1%	-1105,5%	-	30,8%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(1.013.578)	(1.013.578)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.880.516	328.872	(2.432)	(977.156)	2.229.800
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(446.913)	(446.913)
Lucro líquido do exercício	2.880.516	328.872	(2.432)	(1.424.069)	1.782.887
Margem do lucro do exercício (%)	41,8%	9,1%	-1105,5%	-	16,9%
Lucro dos acionistas controladores	-	-	-	-	584.276
Lucro dos acionistas não controladores	-	-	-	-	1.198.611
Depreciação, exaustão e amortização	1.007.280	395.498	9	64	1.402.851
Total do ativo (a)	18.901.493	6.336.499	8.278	3.399.527	28.645.797
Total do passivo (a)	637.451	643.594	360	15.734.634	17.016.039
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (a)	-	-	-	3.940.242	3.940.242
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores (a)	-	-	-	7.689.516	7.689.516
Total do patrimônio líquido (a)	-	-	-	11.629.758	11.629.758
Venda de produtos (em toneladas)	3.614.865	1.180.465	-	-	4.795.330
Mercado externo	3.240.992	374.232	-	-	3.615.224
Mercado interno	373.873	806.233	-	-	1.180.106

(a) A avaliação da SPC com base em segmentos operacionais é feita somente para os ativos e passivos que compõem a mensuração do *Return on Invested Capital* ("ROIC"), uma vez que este é utilizado no processo de tomada de decisão.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

28.3. Vendas líquidas por produto

A tabela abaixo mostra a abertura das vendas líquidas consolidadas por produto:

Produtos	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Celulose de mercado ^(a)	8.783.000	6.891.589
Papel para impressão e escrita ^(b)	3.829.766	2.850.522
Papel cartão	763.550	657.873
Outros	61.013	120.805
Total das vendas líquidas	13.437.329	10.520.790

^(a) A receita da celulose fluff não é material (cerca de 1% do total de vendas líquidas) e, portanto, foi incluída nas vendas de celulose de mercado.

^(b) O tissue é um produto recentemente lançado e suas receitas representaram 3,5% do total de vendas líquidas, devido a imaterialidade, foi incluído, neste momento, em papel de impressão e escrita.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

29. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo do Produto Vendido				
Gastos com pessoal	(650.929)	(546.901)	-	-
Custo variável	(3.197.895)	(2.994.349)	-	-
Custos logísticos	(1.044.899)	(963.379)	-	-
Depreciação, exaustão e amortização	(1.523.944)	(1.367.865)	-	-
Demais custos	(503.232)	(579.058)	-	-
	<u>(6.920.899)</u>	<u>(6.451.552)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(145.844)	(106.083)	-	-
Serviços	(78.227)	(45.593)	-	-
Despesas com logística	(297.129)	(220.944)	-	-
Depreciação e amortização	(4.471)	(3.547)	-	-
Outras despesas (a)	(73.055)	(54.658)	-	-
	<u>(598.726)</u>	<u>(430.825)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas				
Gastos com pessoal	(479.103)	(312.934)	(9.442)	(3.915)
Serviços	(238.247)	(106.468)	(2.684)	(928)
Depreciação e amortização	(34.889)	(31.440)	(72)	(65)
Outras despesas (b)	(84.649)	(84.908)	(1.520)	(699)
	<u>(836.888)</u>	<u>(535.750)</u>	<u>(13.718)</u>	<u>(5.607)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais				
Resultado na venda de outros produtos	8.785	4.765	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	4.523	29.005	-	-
Provisão para perda e baixa de imobilizado e biológicos (c)	(18.103)	(66.707)	-	-
Termo de transação - acordo de conflito de terras	-	(11.779)	-	-
Amortização do ativo intangível	(9.947)	(8.303)	-	-
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	(129.187)	192.504	-	-
Recebimento de créditos em acordos judiciais	-	20.231	-	-
Provisão para perdas na realização de ativos	-	(24.305)	-	-
Creditos referente acordo comercial	51.846	10.671	-	-
Baixa parcial do ativo intangível	-	(18.845)	-	-
Recuperação de tributos	335	5.613	-	-
Recebimento de royalties	-	2.603	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.351)	(830)	(165)	(5.863)
	<u>(97.099)</u>	<u>134.623</u>	<u>(165)</u>	<u>(5.863)</u>
	<u>(8.453.612)</u>	<u>(7.283.504)</u>	<u>(13.883)</u>	<u>(11.470)</u>

- a) Inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa, seguros, materiais (uso e consumo), despesas com viagens, hospedagem, participação em feiras e eventos.
- b) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais (uso e consumo), projetos sociais e doações, despesas com viagem e hospedagem.
- c) Em 31 de dezembro de 2018 o montante refere-se a R\$ 10.903 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$ 5.507 com ativos imobilizados (31 de dezembro de 2017, o montante refere-se a R\$ 49.338 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos, R\$ 17.369 com ativos imobilizados e R\$ 2.846 reversão de provisão de baixa de ativo biológico).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidade, perdas materiais e lucros cessantes. O limite máximo de indenização para os ativos materiais é de R\$ 7.520.000, para responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), a importância segurada é de US\$ 100.000 milhões e, para responsabilidade civil e geral, a importância segurada é de US\$ 5.500 milhões.

As florestas de eucalipto não estão cobertas por apólices de seguros devido as particularidades deste ativo. A SPC realiza o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para prevenir e combater estes riscos nas áreas florestais.

31. Informações complementares dos fluxos de caixa de transações não caixa - consolidado

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Adições no imobilizado	(242.337)	-
Adições nos ativos biológicos	(120.495)	-
Contas a pagar de aquisição de ativos	402.832	-
Aquisição de Controladas	40.000	-

Os montantes referem-se a transação com Duratex e Facepa (Nota explicativa 1.1 a) vii) e b) ii))

32. Avais e fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto às partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, eram as seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Suzano Papel e Celulose S.A.(1)		
FNE - BNB	145.833	173.500

1) Prestados como garantia de empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 31 de outubro de 2024;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu como receita financeira o montante de R\$ 1.528 (31 de dezembro de 2017 o montante foi de R\$ 1.887) referente à concessão das referidas garantias.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

33.1. Eventos subsequentes da SPC:

a) Combinação de negócios (Fibria)

A SPC completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria, produtora de celulose de eucalipto, nos termos do Acordo apresentado na nota explicativa 1.1 b i).

A reorganização societária tem como principal objetivo a criação de uma nova empresa, que será líder mundial na produção e venda de papel e celulose, a SPC resultante desta união terá, aproximadamente, 37 mil colaboradores (diretos e terceiros), com ativos posicionados no Brasil e no mundo. No total serão 11 unidades industriais, atingindo 11 milhões de toneladas de celulose, 1,4 milhão de toneladas de papel e volumes anuais de exportação totalizando R\$18 bilhões.

A contraprestação pela Fibria, definida nos termos do Acordo, é como segue:

i) Relação de troca de ações

Em 02 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas, a relação de troca das ações ordinárias de emissão da Holding detidas por acionistas da Fibria por ações de emissão da SPC foi ajustada de 0,4611 para 0,4613, sendo a relação de troca de 0,4613 considerada como final. O ajuste na relação de troca, comparado ao originalmente anunciado, se deve em razão da (i) alteração do número total de ações de emissão da Fibria ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de *vesting* de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e a presente data de 553.080.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da SPC ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de *vesting* de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e a presente data de 1.091.984.141 ações para 1.093.784.141 ações.

Como consequência do referido ajuste (i) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de mercado desta data de R\$ 36,95 (trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) totalizando o montante de R\$ 9.438.413; e (ii) o valor atribuído a fração de ação ordinária da SPC para cálculo do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso de Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$ 15,38 (quinze reais e trinta e oito centavos) atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$ 15,39 (quinze reais e trinta e nove centavos) atribuído a 0,4613 ação ordinária da SPC.

ii) Parcela em dinheiro

Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a SPC comunicou o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada, correspondente ao valor do resgate por cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), (i) reduzido pelo montante de dividendos, declarados pela Fibria em 03 de dezembro de 2018 e pagos no Brasil em 12 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 5,03 (cinco reais e três centavos) por ação de emissão da Fibria, e (ii) acrescido de R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos), correspondente à variação da taxa média diária dos depósitos interbancários brasileiros expressa como um percentual anual, baseada em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“Taxa DI”),

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

entre 15 de março de 2018 e a Data de Consumação da Operação (inclusive), sendo que entre 10 de janeiro de 2019 (inclusive) e 14 de janeiro de 2019 (inclusive) a Taxa DI foi estimada em 6,40% (seis vírgula quarenta por cento) ao ano, apurando o montante no valor total e final de R\$ 50,20 (cinquenta reais e vinte centavos) por ação perfazendo o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada de R\$ 27.797.440.

Os valores mencionados acima são brutos, não considerando eventuais impactos tributários incidentes sobre o pagamento para Acionistas Fibria residentes ou não-residentes, os quais se encontram detalhados no Aviso aos Acionistas divulgado em 29 de novembro de 2018.

A SPC realizou uma análise de avaliação preliminar do valor justo de mercado dos ativos da Fibria adquiridos e passivos assumidos. Usando a contraprestação total para a Incorporação, a SPC estimou as alocações para tais ativos e passivos. A tabela a seguir, em milhões de Reais, resume a alocação do preço de compra preliminar em 03 de janeiro de 2019 com base nas Demonstrações financeiras da Fibria de 31 de dezembro de 2018.

	(valores expressos em milhões de Reais)
Contraprestação em dinheiro	27.797
Emissão de ações da SPC	9.439
Contraprestação total	37.236
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria	14.149
Baixa do valor contábil do ágio existente, líquido de imposto de renda diferido	(3.425)
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria, líquido do ágio	10.724
Ajustes ao valor justo	
Estoque	2.179 (a)
Imobilizado	9.290 (b)
Relacionamento com cliente	9.579 (c)
Ativos e Direitos Portuários	750 (d)
Possíveis perdas contingentes	(2.970) (e)
Empréstimos e Financiamentos	(60) (f)
Impostos a Recuperar	(236) (g)
Demais Ativos e Passivos Líquidos	368 (h)
Impostos diferidos, líquidos	(501) (h)
Impacto total do valor justo	18.399
Ágio preliminar total	8.113

(a) Calculado considerando o saldo dos produtos acabados com base no preço de venda, líquido das despesas de venda e de uma margem aceita baseada nos resultados realizados em 2018.

(b) Apurado com base na análise de dados de mercado nas transações comparáveis e na quantificação do custo, a partir da estimativa do valor de substituição ou reposição dos bens.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(c) Para a determinação do ajuste ao valor justo na carteira de clientes, foi considerada a abordagem da renda e o método *MPEEM (Multi Period Excess Earnings Method)* que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo. Considerando o histórico de 5 anos com os dados de vendas da Fibria e o *churn rate* que mensura a satisfação e a permanência dos clientes na carteira, o ajuste foi calculado usando fluxos de caixa descontados estimados.

(d) A Fibria possui contratos de concessão e ativos portuários, para auxiliar nas operações em portos no Brasil. O cálculo de valor justo destes ativos foi considerado a abordagem da renda, o método *MPEEM (Multi Period Excess Earnings Method)* que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo e método de diferencial direto de custos.

(e) Neste momento, na combinação de negócios, para o cálculo do valor justo das contingências, cujas as probabilidades de perda foram reputadas como possível e remota pela Administração da Fibria, foram considerados, pela Administração da SPC e seus assessores externos e independentes, os montantes indicados com base nas análises dos advogados externos da Fibria.

(f) O Ajuste ao valor justo de empréstimos e financiamentos foi calculado com base no valor justo dos *Bonds*, a partir da cotação do título em mercado secundário, e do ajuste a valor presente considerando a taxa de mercado na data base.

(g) Para a mensuração do valor justo dos impostos a recuperar foi considerado o montante que será recuperado, trazido ao valor presente levando em conta a taxa Selic esperada para este mesmo período.

(h) Em demais ativos e passivos líquidos, incluindo contratos de fornecimento, contas a receber e adiantamento a fornecedores, foi utilizada a metodologia de avaliação de renda, o valor presente e o diferencial direto de custos.

(i) Imposto de renda diferido calculado sobre os ajustes de valor justo dos ativos na Veracel e Portocel.

O ágio acima é atribuível à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da Fibria em negociações no mercado de celulose de eucalipto.

Os custos diretos relacionados com a operação, registrados diretamente no resultado do exercício, totalizaram aproximadamente R\$ 63.690, substancialmente composto por gastos com honorários advocatícios, auditoria e demais consultorias.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

<u>Ativo</u>	(expresso em milhões de Reais)
	<u>Valor Justo</u>
Circulante	
Caixa e equivalentes	1.794
Títulos e valores mobiliários	4.316
Instrumentos financeiros derivativos	211
Contas a receber	1.303
Estoques	6.187
Impostos a recuperar	261
Outros ativos	211
Total Ativo Circulante	14.283
Não Circulante	
Títulos e valores mobiliários	173
Instrumentos financeiros derivativos	455
Impostos a recuperar	988
Adiantamento a fornecedores	604
Depósitos Judiciais	210
Impostos diferidos	1.637
Outros Ativos	227
	4.295
Investimentos	200
Ativos biológicos	4.580
Ativo Imobilizado	24.889
Direito de uso	2.762
Ativo Intangível	11.018
Ágio da Aracruz	-
Demais intangíveis	309
Carteira de clientes	9.579
Software	21
Cultivares	143
Contratos de Fornecedores	172
Concessão	750
Mais-valia de Contratos - Arrendamentos	44
Parcela não alocada - Ágio	8.113
	51.562
Total do ativo não circulante	55.857
Total do ativo	70.140

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	(expresso em milhões de Reais)
<u>Passivo</u>	<u>Valor Justo</u>
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	3.136
Instrumentos financeiros derivativos	276
Passivo de arrendamento	349
Contas a pagar fornecedores	3.427
Salários e encargos sociais	402
Impostos e taxas a recolher	129
Dividendos a pagar	731
Demais contas a pagar	151
Total do passivo circulante	<u>8.601</u>
Não Circulante	
Empréstimos e financiamentos	17.591
Passivo de arrendamento	2.412
Instrumentos financeiros derivativos	126
Provisão para contingências, líquida	3.181
Impostos diferidos - passivos	512
Demais contas a pagar	369
Total do passivo não circulante	<u>24.191</u>
Total do passivo	<u>32.792</u>
<u>Patrimônio Líquido</u>	
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas	<u>37.236</u>
Participação de não controladores	<u>112</u>
Total do patrimônio líquido	<u>37.348</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>70.140</u></u>

b) Debêntures da 7ª emissão

Em 07 de janeiro de 2019, a SPC emitiu R\$ 4.000.000 em debêntures da 7ª emissão, série única, não conversíveis em ações, com vencimento em janeiro de 2020 com taxa de juros de 103% até 112% do CDI.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

c) *Senior Notes* (“Notes 2029”)

Em 29 de janeiro de 2019, a SPC realizou reabertura da Senior Notes 2029 com a emissão adicional de títulos de dívida, no montante de US\$ 750 milhões (equivalente a R\$ 2,8 bilhões). As Notes tem vencimento em janeiro de 2029 e foram emitidas com juros de 5.465% ao ano, os quais serão pagos semestralmente.

33.2. Eventos subsequentes da Companhia:

Conforme descrito nas notas 1.1b)i) e 33.1a), a contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da SPC. Com a emissão de novas ações da SPC em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na SPC, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito na nota 14 referência (5). Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e conclui, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do *de facto control i.e.* a Companhia tem a habilidade prática de controlar a SPC. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da SPC, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria.